Reflexos
ISSN : 2260-5959
Éditeur : Université Toulouse - Jean Jaurès

2 | 2014
Le parcours, dans les arts et littératures lusophones

Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934)

Connaissance, politique et institutions au Brésil (1899-1934)
Knowledge, Politics, and Institutions in Brazil (1889–1934)

Paulo Teixeira Iumatti et Julio César De Oliveira Vellozo

http://interfas.univ-tlse2.fr/reflexos/721

Référence électronique
Paulo Teixeira Iumatti et Julio César De Oliveira Vellozo, « Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934) », *Reflexos* [En ligne], 2 | 2014, mis en ligne le 04 janvier 2026, consulté le 08 janvier 2026. URL : http://interfas.univ-tlse2.fr/reflexos/721

Droits d'auteur
CC BY

Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934)

Connaissance, politique et institutions au Brésil (1899-1934)
Knowledge, Politics, and Institutions in Brazil (1889–1934)

Paulo Teixeira Iumatti et Julio César De Oliveira Vellozo

PLAN

I. A nova Constituição e os conflitos inter-estaduais
II. Uma esfera superior de arbitramento
III. Novo paradigma e os mitos identitários
IV. As características do novo paradigma
V. Paradoxos, limites e início de uma superação

TEXTE

O presente texto reformula e aprofunda algumas proposições lançadas em Iumatti, P. T., "O percurso para o sentido da colonização e a dinâmica da historiografia brasileira nas primeiras décadas do século XX", in: Iumatti, P. et al. (Org.), Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, Edusp/FAPESP, 2008, p. 127-167.

1 Trata-se de apresentar um quadro interpretativo das relações entre instituições, política e produção do conhecimento no Brasil a partir da proclamação da República, em 1889, e, particularmente, das transformações deflagradas pela fórmula federativa da Constituição de 1891. Argumenta-se aqui que tais transformações definiram uma nova configuração para as disputas inter-regionais e suas relações com o poder central – configuração que repercutiu profundamente nos mais diversos ramos da produção do saber e da arte.

I. A nova Constituição e os conflitos inter-estaduais

2 Um dos enigmas que se apresentam hoje relativos ao panorama da produção científica no espaço latino-americano é o aparente paradoxo entre o aparecimento tardio das universidades no Brasil, nos

anos 1930 - ao passo que, como se sabe, no restante da América Latina as universidades datam do primeiro século de colonização - , e o grau de excelência que vem atingindo uma parte dessas mesmas universidades, que, em diversos *rankings* internacionais, são as mais bem (ou estão dentre as mais bem) colocadas em meio a todo esse espaço. Isso se deve a fatores que têm a ver tanto com uma dimensão ideológica e com o grau de "desenvolvimento econômico" que atingiu o Brasil ao longo do século XX, a despeito de todas as suas distorções, como com a criação de diversas instituições de ensino, apoio e fomento ao longo do século XX, e também com a quantidade e a continuidade do montante de investimentos que foram e são destinados a essas mesmas instituições (ou, pelo menos, a uma parte delas), a partir dos anos 1950 e 1960.

3 Ainda que, diante da bibliografia existente, seja possível compreender a origem do projeto universitário no Brasil e seu contexto ideológico e político de implementação, parece-nos faltar, ainda, uma resposta mais clara para a pergunta sobre o porquê das universidades não terem sido criadas no Brasil anteriormente, o que envolve compreender, de forma mais apurada, a dinâmica da produção do conhecimento num momento anterior.

4 No entanto, compreender o surgimento tardio das universidades no Brasil deve passar não só pelo estudo de importantes fatores de longa duração, que remetem ao modo pelo qual se processou a colonização portuguesa na América e seus desdobramentos no campo da cultura ou do modo como no século XIX o Estado Imperial brasileiro estruturou sua "capacidade cognitiva", mas também, e particularmente, pelo entendimento da dinâmica da produção do conhecimento a partir da proclamação da República, em 1889, a qual abrange uma multiplicidade de esferas, inclusive a literária. Tal dinâmica esteve relacionada a uma série de fatores institucionais e políticos decorrentes da abertura de um campo complexo de disputas desencadeadas pela fórmula federativa da Constituição de 1891.

5 Esta dinâmica dos conflitos interestaduais, todavia, vem sendo entendida principalmente em termos dos equilíbrios políticos, das disparidades econômicas e sociais e, mais recentemente, na base do estudo da construção de mitologias identitárias estaduais e regionais, como a de São Paulo e seu passado bandeirante, dos estados do

"norte" na produção do consenso em torno da idéia de "Nordeste", entre outras[1]. Dando uma nova interpretação a assuntos abordados por autores que se debruçaram sobre a relação entre conflitos territoriais e a produção do saber naquele contexto[2] é nosso propósito examinar outros fatores que envolveram a dinâmica da produção do conhecimento no período – os quais, em face do quadro de crise política e institucional dos anos 1920, desaguaram na necessidade de um novo enquadramento institucional – o universitário – para essa produção.

6 Sem nos determos em análise aprofundada da Constituição de 1891, constataremos que ela trouxe ao País modificações institucionais profundas, de ampla repercussão em diversos níveis. Muitas delas remetiam à definição jurídico-política de uma nação formada por "homens livres", todos potencialmente capazes do exercício da cidadania – o que colocava, em primeiro plano, o desafio de enfrentar as heranças do passado colonial e escravista[3]. Excluindo o voto dos analfabetos – que perfaziam 84% da população em 1890[4] - e prevendo uma nova forma de estruturar o ensino público, agora laico, a Constituição pôs novos dilemas à intelectualidade e aos grupos que disputavam entre si o topo do poder. Realizou, ainda, uma redistribuição marcante das atribuições entre o poder central e os poderes estaduais e municipais, fortalecendo a soberania local em diversos campos. Esta redistribuição do poder deu ensejo a um momento de disputas acirradas, com uma série de implicações para a vida intelectual da República nascente. Este processo provocou o estabelecimento de um novo tipo de atuação dos "letrados" e um novo modo de relação destes com o poder.

7 Os estados estavam incumbidos, agora, de "prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração" (artigo 5º). À União caberia, por exemplo, decretar impostos sobre importação e direitos de entrada, saída e estadia de navios, enquanto os estados detinham a competência exclusiva de decretar impostos sobre mercadorias de sua própria produção (Artigos 7º e 9º). Com isso, a taxação sobre as importações ficava em uma zona sujeita a disputas. Além disso, a Constituição colocava em primeiro plano a tarefa do governo federal de prover meios de comunicação e melhoramentos materiais como pontes, açudes, estradas de ferro, telégrafos, etc. – que passaram, assim, a ser pleiteados, muitas vezes de modo assertivo, pelos

estados. O antigo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas - ao qual, no Regulamento de 1876, estava ligada a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, bem como as Inspetorias especiais (nas províncias) de terras e colonização - parou, na República, de articular, em última instância, a medição das terras devolutas, delegando assuntos que antes passavam pelo poder central. [5] Na Constituição de 1891, a combinação entre a permissão a que os estados organizassem como bem entendessem seu governo e administração, e a propriedade das minas e terras devolutas situadas nos seus territórios, cabendo à União somente a porção de território que fosse "indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções" (artigo 64) [6], deu-lhes um domínio inaudito sobre a questão fundiária. Nesse sentido, também cabe observar que a nova Constituição lhes atribuía competência exclusiva sobre o decretar impostos sobre imóveis rurais e urbanos e sobre a transmissão de propriedade (artigo 9º).

8 Este novo poder dos estados deu especial relevância aos territórios limítrofes aguçando velhas disputas de fronteiras entre as unidades da federação [7]. A Monarquia havia legado à República 29 questões de limites, das quais, em julho de 1920, antes da Conferência de Limites Interestaduais, apenas duas estavam resolvidas de modo definitivo: Pará e Mato Grosso e Paraná e Santa Catarina [8]. Lembre-se, aliás, que a despeito dos esforços para solucioná-las antes do centenário da Independência, em 1933, mais de uma década decorrida, de 30 questões elencadas, apenas 6 estavam definitivamente encerradas. [9]

9 A derrocada do Império e de suas soluções de equilíbrio para os conflitos inter-provinciais [10] trouxera à tona disputas territoriais antigas, inserindo-as em um novo quadro de luta por espaço e poder. A Bahia, por exemplo, que reivindicava ter sido o primeiro pólo irradiador de civilização no Brasil, e que, ao longo do Império, preservara um peso político extraordinário, era, agora, um dos principais alvos das reivindicações de revisão da posse de territórios. Pernambuco, que tinha perdido para a Bahia a comarca do São Francisco por ocasião da repressão dos movimentos de 1817 e 1824, reivindicava a revisão da punição, como se vê no opúsculo publicado em 1919 por José Gonçalves Maia, *Direito territorial de Pernambuco sobre a Comarca do Rio São Francisco* [11]. Igualmente conflituosa havia se tornado a questão dos limites da Bahia com Sergipe. [12]

10 Para além disso, e ao contrário do que as publicações oficiais procuravam fazer crer ao enfatizar que as disputas haviam sido todas "herdadas da Monarquia", novas questões surgiam, como aquela dos limites da Bahia com Minas Gerais, em relação à região da Encruzilhada, que se tornara importante entreposto comercial. Na carta mineira de 1910, levantada pelo Engenheiro Benedito dos Santos, ao tempo em que governava Minas Wenceslau Brás, a divisão com a Bahia fora alterada para além de Salto Grande do Jequitinhonha, no intuito de açambarcá-la. O fato foi relatado por Braz do Amaral em 1919 ao governador da Bahia – com a observação de que "pessoas de significação política, na parte norte do Estado de Minas, influíram, fortemente, para isto". As negociações em torno desse conflito deram-se no VI Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em Minas naquele ano. Da parte deste estado, participou das negociações ninguém menos que o historiador Diogo de Vasconcelos.[13] Note-se que o Congresso tivera a questão dos limites como um de seus principais, senão seu principal tema, operando segundo a linha diretriz traçada pelo governo, que propunha a resolução de todas essas questões até o ano do centenário da Independência. Nesse sentido, o Congresso contou com a participação e o empenho da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Liga de Defesa Nacional, instâncias mediadoras. [14]

11 Em semelhante contexto, é significativo que Bernardino de Souza, figura central no Instituto Geográfico e Histórico baiano, tivesse se engajado, desde 1911, em enérgica campanha para a elaboração de uma carta geográfica do Estado da Bahia. Chamou para ajudá-lo Theodoro Sampaio e escreveu o texto "Indicações para um projeto de organização de uma Carta Geographica do Estado da Bahia", no qual sustentava a necessidade da constituição de um corpo técnico para levar a cabo a empreitada.[15] A propósito, uma das tônicas dos numerosos discursos de Theodoro Sampaio na mesma instituição era justamente a necessidade de inventariar, mapear e conhecer os recursos da Bahia – ele que havia participado tão intensamente de projetos que envolveram reformas sanitárias e urbanas na São Paulo da virada do século XIX ao século XX,[16] tendo acompanhado, até os anos 30, o contínuo processo de acirramento das desigualdades regionais. Sabia que, para tanto, era preciso utilizar as melhores armas da ciência, em todos os planos.[17]

12 Nos *Annaes da Conferência de Limites Interestaduais*, o deputado Augusto Lima, delegado de Minas Gerais, falando em nome de todos os delegados na Conferência, atribuiu as raízes da situação de acirramento dos regionalismos e disputas em torno dos limites interestaduais à colonização portuguesa e, nela, à preponderância dos régios interesses fiscais, que nem sempre haviam coincidido com uma divisão mais "racional", que seguiria, ao que parece, segundo sua visão, os acidentes naturais [18].". O problema atravessaria o Império sem solução e chegaria até a República como desafio aos herdeiros do projeto de construção de uma nação:

> "Não pode ser mais imperfeito o material que nos é oferecido para a projetada construção de que somos os arquitetos. Quase todo o território do Brasil está por ser geograficamente levantado. As populações infiltraram-se pelo interior, atravessando rios caudalosos e serranias ásperas. Formaram-se núcleos de populações de Estados, dentro do território de outros Estados. Há invasões antigas, que são respeitadas por jurisdição estranha. De outro lado, há títulos de direito em contradição com o fato da ocupação, e há títulos inidôneos, pretendendo afastar ou remover uma posse protegida pelas leis. Há limites que se pretendem alterar, outros retificar, outros que ainda devem ser traçados [19]."

13 Com isso é que se entende que a atenção aos modernos procedimentos utilizados na construção do conhecimento histórico tenha extrapolado o círculo restrito de especialistas e educadores para adquirir o *status* de questão crucial para quem quer que se importasse com os destinos da nação. [20] E também que, de certo modo, a história tenha se subordinado, nesse processo, à geografia:

> "Coube à geografia propiciar a reconciliação entre a nação e sua história. O discurso sobre o território forneceu a moldura capaz de reenquadrar o passado, extirpando-lhe tensões e ambigüidades que obstacularizavam a sua utilização na construção da identidade. Num caminho até certo ponto peculiar, a produção do espaço nacional ocupou o centro da cena, subordinando a história, que passou a ser encarada como narrativa dos grandes feitos que asseguraram, apesar de todas as adversidades, a posse da terra. Diante da crescente importância assumida pela configuração do território, não surpreende que o trabalho mais festejado no Primeiro Congresso de História Nacional realizado no Rio de Janeiro em 1914, tenha sido a *Expansão*

> *geográfica do Brasil até fins do século* XVII, do historiador Basílio de Magalhães, obra laureada em 1917 com a Medalha de Ouro Dom Pedro II do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [21]."

14 Se há algum exagero na formulação, conforme veremos mais tarde ao discutirmos a emergência de uma maior sofisticação epistemológica por parte dos historiadores do período, o certo é que, ao longo da Primeira República, quase todos os estados brasileiros enfrentaram demandas e se digladiaram em torno da questão de seus limites recíprocos – Santa Catarina e Paraná; São Paulo e Minas Gerais; Ceará e Rio Grande do Norte; Mato Grosso e Goiás; etc. Alguns institutos históricos e geográficos, como o do Mato Grosso, nasceram, aliás, com o propósito explícito de sustentar posições em áreas de disputa.

15 Nesse quadro, a necessidade de rigor no uso e na crítica da documentação era enorme, já que questões históricas, como aquelas relativas aos primeiros focos de colonização de regiões cujas fronteiras figuravam como objeto de contendas, podiam ter desdobramentos políticos, sociais e econômicos importantes, apesar de sua relativa obsolescência jurídica, dada a predominância do princípio do *uti possidetis*. [22] A primazia do *uti possidetis* desencadeava, também, políticas estaduais agressivas ou complacentes em relação aos processos de expansão territorial e de crescimento das "zonas pioneiras", as quais, para serem melhor controladas e ocupadas, pressupunham *um melhor conhecimento e inventário dos recursos naturais e sociais*.

16 A nova situação envolveu a necessidade de espaços que complementassem as instâncias últimas que legalmente encaminhavam ou arbitravam os conflitos. Lembremos, assim, que o artigo 4º da Constituição de 1891 previa que os estados podiam incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, "para se anexar a outros, ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas, e aprovação do Congresso Nacional." Isto implicava não só o reconhecimento da legitimidade das instituições em questão, mas fatores que extrapolavam a letra da Constituição, como a construção de uma esfera em que conhecimentos e informações conflitantes pudessem ser formulados da forma mais "universal" possível, ou que, ao menos, fossem fortes o suficiente para dar sustentação ou resistir aos acordos políticos. O

nascimento de museus e institutos de pesquisa situa-se nesse contexto.

17 Tudo leva a crer que a necessidade de coleta de informações econômicas, sociais e políticas *úteis* para a ação política e administrativa transferiu aos estados parte significativa não só da responsabilidade, mas da própria possibilidade de produzir dados e elaborá-los cientificamente – fazendo-o, porém, de forma relativamente *dispersa*. As relações de poder e hegemonia passavam por essa esfera – daí a importância da estruturação de comissões em órgãos oficiais ou semioficiais (como no caso dos Institutos Históricos e Geográficos) voltadas à produção de dados, estatísticas e conhecimento em Geografia, Cartografia, Geologia, Mineralogia, Botânica, Zoologia, Arqueologia, História, Etnografia, Filologia, Agricultura, Zootecnia, Comércio, Indústria e Navegação, etc. Os Institutos Históricos e Geográficos participaram ativamente dessa construção, e a ciência que neles se produzia tinha significado político claro, embora decerto não necessariamente *imediato*, pretendendo alçar-se a um novo patamar de universalidade.

18 Dessa perspectiva é que se pode entender alguns aspectos fundamentais relativos à criação e à atuação da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, que tinha como modelo o norte-americano Bureau of Information, e se propunha, desde o início, como órgão neutro em face dos interesses em disputa. Sua atuação abrangeu, até 1919, investigações científicas locais sobre geografia, zoologia, botânica e geologia da região, e "sobre o seu clima e sua gente", sem as quais, nas palavras do Engenheiro Henrique de Novaes, "fora impossível fundar lógica e metodicamente, uma diretriz segura".[23] É de se destacar, porém, que para a segurança dessa diretriz se recorria a figuras de notório saber ou estrangeiros – muito em acordo com o novo patamar científico que o panorama de disputas demandava. Assim, participou dos estudos básicos até 1919 uma equipe de ilustres cientistas e engenheiros, como Antonio Olyntho dos Santos Pires e Felippe Guerra, e também os norte-americanos Orville Derby, Roderic Crandall, G.A. Waring e Horatio Small, dentre outros. Explica-se, também, ao menos em parte, que, quando, em 1920, o presidente Epitácio Pessoa decidiu fazer um grande esforço destinando cerca de 15% do orçamento federal para as obras contra as secas, tenha se recorrido a empresas estrangeiras, em meio a críticas cada vez mais acirradas as

quais culminariam na paralisação das obras, em 1925. O teor dessas críticas revela bem o quanto o paradigma de atuação política passava pela consideração da cientificidade dos procedimentos e dos planos. Elas versavam sobre a precariedade dos estudos científicos prévios, constatando-se erros como a insistência no emprego de barragens de concreto – quando barragens de terra teriam sido mais econômicas e igualmente eficientes -; a compra de grande quantidade de equipamentos para várias obras simultâneas, quando os mesmos equipamentos poderiam servir a várias obras; a localização errada da barragem de Orós, em local impróprio para as fundações; etc.[24] Considerações de ordem técnica, evidentemente abraçadas pelos grupos politicos que detinham o poder, continuavam a ter um peso determinante, mas em novo patamar, invadindo de multiplas formas o campo da política e colocando-a em xeque em face da relativa libertaçao dos interesses em conflito.

II. Uma esfera superior de arbitramento

19 Era fundamental à República manter certo controle sobre os conflitos descritos acima – e, sobretudo, procurar construir sua legitimidade em face dos mesmos. Para isto, valia-se do fato de que a dinâmica dos confrontos tornava ainda mais necessária uma esfera superior reconhecidamente legítima, em que o verdadeiro e o falso pudessem ser discernidos em face de provas, ou em que os argumentos fossem suficientemente fortes para desencadear ações oficiais e processos de ordem jurídica. Essa esfera não era formada apenas por instituições como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, mas dizia respeito à própria imprensa, a instituições culturais de abrangência nacional, como a Biblioteca Nacional, a Sociedade de Geografia, a Liga de Defesa Nacional e o IHGB (Instituto Historico e Geografico Brasileiro), e fóruns de discussões e negociações como os Congressos de História Nacional ou de Geografia. Nessa esfera, tornava-se urgente produzir e veicular um conhecimento que estivesse à altura da necessidade de argumentos fortes, reconhecidos em situações de conflito, tudo parte da emergência de um paradigma modernizador.

20 Destarte, a assimilação do *modo "moderno" e realista* de produzir ciência e técnica passa a ser imprescindível à consolidação da Repú-

blica e dos grupos que procuram se reequilibrar no poder, nos Estados e na União. Ora, esse movimento está na base do momento de renovação metodológica que inspira figuras-chave da produção intelectual do período, provocada por movimentos gerais que se faziam sentir no mundo e pelas demandas da nova situação jurídico-política aberta com a Constituinte de 1891.

21 Esta concepção "moderna" e realista do conhecimento, de que se tratava, o via como complexo, relativo, parcial e coletivo[25] – e, ainda assim, válido e verdadeiro, suscetível de produzir leis, amparar ou nortear a ação. Conjugava-se à exaltação de uma postura de maior humildade e independência – às custas de suportar ou incorporar inevitáveis críticas (manchando, às vezes de forma aparentemente contraditória, representações identitárias idealizadas), que se multiplicariam e efetivamente se multiplicaram. A aceitação, implícita ou explícita, quase sempre parcial, desse novo paradigma era *fundamental para a legitimação de toda a estrutura de poder e de seu funcionamento*. Ou seja: o novo campo configurado a partir da Constituição de 1891 demandava um espaço de legitimidade que, em um contexto internacional de profissionalização, profundos questionamentos metodológicos e intensificação da intervenção imperialista elevava a um novo patamar o grande desafio de amparar "cientificamente" as ações públicas.

22 Observamos que a demanda convergente por um espaço de legitimidade colaborou de forma decisiva para que se processasse uma mudança no paradigma predominante do que era tido como um conhecimento legitimamente reconhecido como verdadeiro. Tratava-se de modernizá-lo, de colocá-lo em consonância com métodos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos. Com efeito, é possível constatar (e o fato tem sido constatado, mas não *explicado* pela bibliografia pertinente) que, em face das necessidades práticas, concepções deterministas e grandes sistemas biológicos, filosóficos ou sociológicos, que interpretavam a evolução total da humanidade ou fatos específicos a partir de prismas mais ou menos inflexíveis, dando pouca margem para o diálogo com o empírico, *perderam espaço em todas as áreas*: na medicina, na engenharia, nos estudos geográficos e geológicos, nos estudos lingüísticos e etnológicos, na história etc.[26] Assim, por exemplo, a discussão de novas teorias, como a bacteriologia, que explicava a origem das doenças, colocava em xeque representações

consolidadas sobre o peso do fator climático e/ou racial. Na etnologia o mesmo acontecia a partir de estudos como os de Franz Boas, que combatiam os esquemas dos antropólogos evolucionistas, de um lado sustentando a necessidade de estudos monográficos, parciais, e menos ambiciosos, e de outro criticando os determinismos de raça e meio [27].

23 Estes avanços se desdobravam na exigência de estudo de situações específicas, concretas e complexas – que só poderia ser levado a cabo em trabalhos de campo de caráter necessariamente monográfico e investigativo. Analisando as páginas da *Revista do Brasil* nos anos de 1910 e 1920, Tânia Regina de Luca observou que houve deslocamentos importantes sofridos pelo paradigma racial vindo do século XIX. Em suas palavras, esses anos:

> "assistiram tanto a difusão e consagração de uma leitura positiva da mestiçagem quanto a emergência de uma interpretação apoiada em princípios higiênicos e eugênicos. Se é certo que nem sempre tais mudanças implicaram o rompimento das fronteiras ou a negação completa das teorias raciais, pelo menos acabaram por relativizar o seu significado." [28]

24 Questões semelhantes percorriam a produção do conhecimento em várias áreas (muito embora, pelos olhos de hoje, essa produçao apresente um grau de rigor talvez insatisfatorio, o que contribuiu para obscurecer toda essa dinâmica que intentamos aqui esclarecer). Theodoro Sampaio, em *O tupi na geografia nacional*, dará a seu trabalho caráter a um só tempo empírico e metodológico, conjugando-o, no que tange ao método, ao "processo crítico de Freire Alemão", que reconhecia "primeiro a identidade do vocábulo, discutindo as suas alterações subseqüentes antes de traduzi-lo ou dar-lhe o respectivo significado. [29]" (p. 8-9) Ao mesmo tempo, fazia um balanço crítico de trabalhos anteriores, sem contudo presumir "com isso dar a última palavra na questão". (p.9).

25 As novas exigências em relação à identificação, tipificação e instrumentalização da natureza e da sociedade, bem como a tudo que envolvia a organização do conhecimento, levavam intelectuais e políticos brasileiros não a "copiar" idéias, mas a tentar observá-las, apropriá-las e produzi-las, levando o poder, figurado em institutos,

museus, comissões geográficas e geológicas, órgãos administrativos, etc. – dialogando com o poder dos estados e da União, por vezes em colaboração, por vezes em disputa – a tentar trazer para a sua órbita cientistas e técnicos de alta capacidade e reconhecida independência como Orville Derby, Pandiá Calógeras e Theodoro Sampaio, dentre muitos outros. É importante, aliás, destacar que o primeiro mapa geológico completo do Brasil só veio a lume em 1918, com a publicação do *Geologic Map of Brazil* (*Bull. Geol. Soc. Amer.*, 29), de John Casper Branner. A versão em português, feita pelo próprio autor, seria publicada no ano seguinte, no Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.[30] O trabalho seria visto por Capistrano de Abreu como um importante instrumento, já utilizado por Miguel Arrojado Lisboa, engenheiro de minas que assumira a chefia da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, em suas andanças pelo Ceará, Rio Grande e Paraíba, em 1920.[31] É de se destacar que uma das viagens de estudos que Branner organizou em 1907, e que a princípio deveria ser financiada por particulares, passou a ser custeada pelo governo do presidente Afonso Pena, por intervenção do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, o que denota a nova demanda por estudos deste tipo[32].

26 Os intelectuais e políticos procuravam se apropriar o quanto possível dos modelos produzidos nos Estados Unidos, que se afirmavam, cada vez mais, como centro hegemônico. Nesse sentido, é importante lembrar que Branner esteve pela primeira vez no IHGB em 1899, tendo lá travado amizade com Capistrano e Theodoro Sampaio. Mais tarde, estabeleceu relações com outros sócios, como Oliveira Lima, Max Fleiuss, Said Ali, Ramiz Galvão e Pandiá Calógeras, "personalidades com quem se corresponderia até o fim da vida, trocando informações, livros e favores."[33]

27 John Casper Branner não rompia em nenhum momento com o caráter nomológico da ciência, manipulando, a todo momento, como pontos de chegada e de partida, leis do mundo físico e químico – embora não só. Manipulava-as, por outro lado, com muito cuidado e atenção às particularidades e evidências empíricas, levando em consideração uma multiplicidade de fatores. Afirmava, em seu manual de *Geometria elementar*, que a geologia era a ciência que tratava da estrutura e da história da terra, e que, dessa perspectiva, partia de fragmentos para entender conjuntos que remeteriam à compreensão de

todo o globo – acrescentando ainda observações como a de que, em virtude de as rochas da América e do Brasil serem muito semelhantes às da Europa, da Ásia e da África, as leis da Geologia aplicavam-se "universalmente" [34]. Lidava, porém, com incertezas em relação à extensão do tempo geológico [35] e com dificuldades de ordem documental, já que os arquivos das rochas não eram em toda a parte acessíveis, tendo sido muitos deles escurecidos ou obliterados totalmente. [36] A geologia era uma ciência complexa, especializada, que lidava com fragmentos e indícios, e tinha de proceder com cautela ao articulá-los para a elucidação de grandes conjuntos ou leis.

28 Em face das dificuldades relativas à reunião das informações sobre as várias regiões brasileiras, Branner confessava, em seu *Resumo da Geologia do Brasil*, que havia dado alto valor a toda informação que lhe chegara ao conhecimento, qualquer que fosse sua importância ou origem, "pois muitos dos dados tem sido colhidos de indivíduos e de publicações de todas as qualidades espalhadas por toda a parte, e muitas delas pela maior parte difíceis ou impossíveis de se achar." [37] Entretanto, a confissão não é feita à luz da crença na possibilidade de um conhecimento absoluto, positivo dos fenômenos:

> "Mas enquanto todo o conhecimento é, e necessariamente há de ficar imperfeito, o melhor que podemos fazer é de principiar a adiantar pouco a pouco as fronteiras da nossa ciência, e, segurando o que temos, aproveitar toda a oportunidade para aumentá-la. É só assim que a ciência pode fazer progresso em país qualquer e em campo qualquer. Foi neste espírito que este mapa foi organizado afim de mostrar o estado do nosso conhecimento da geologia do Brasil, e afim de abrir caminho para adições e melhoramentos." [38]

29 Além disso, ao reunir todas as informações disponíveis, Branner explicava que fora preciso um elemento de elaboração que remetia à *interpretação racional* de tudo o que se sabia e havia sido publicado até então. Tal procedimento possibilitara já "representar a geologia geral do país de uma maneira regular." [39] Se ainda existiam muitas áreas a respeito das quais pouco ou nada se sabia, e restavam muitas questões a respeito das idades geológicas e correlações das rochas, as suas distribuições, as suas estruturas detalhadas e os seus recursos minerais que, por ora, não se podiam resolver, ou só podiam

ser resolvidas tentativamente, Branner argumentava que tais dúvidas eram "inseparáveis de todo progresso na ciência."[40]

30 Ora, essas concepções articulavam-se de forma bastante nítida a um novo paradigma do conhecimento, em que se destacavam, conforme estamos vendo, os efeitos que os esquemas de organização e estruturação institucionais produziam sobre seu resultado final. Nesse processo, paralelamente à relativa decadência dos esquemas cientificistas e normativos do século XIX, o caráter complexo, parcial, coletivo, aberto e relativamente independente do conhecimento era cada vez mais reconhecido. É preciso enfatizar que se reconhecia, assim, ainda mais, de forma explícita ou na prática, que o conhecimento não poderia ser desenvolvido tão somente no âmbito dos projetos regulares de caráter governamental, no dia-a-dia da administração ou por meio das instituições já existentes. Dito de outro modo: considerando que o conhecimento era necessariamente parcial e monográfico, portanto fruto de um articulado e complexo trabalho coletivo, faziam-se necessários variados tipos de apoio institucional. Ao mesmo tempo, entretanto, o novo paradigma de conhecimento e mesmo as necessidades impostas pelo novo arranjo político pediam um tipo de conhecimento em alguma medida "independente". Só assim se compreende o contexto da emergência de instrumentos complexos como os Institutos Históricos e Geográficos estaduais e sua dinâmica de embates reciprocos, em interação com as instituições centrais, de carater nacional ou situadas no espaço açambarcador do Rio de Janeiro.

III. Novo paradigma e os mitos identitários

31 As contradições entre um novo tipo de conhecimento monográfico, parcial, voltado para o empírico, e a construção de mitologias identitárias como a do bandeirantismo, ambos fenômenos do período, não demorariam a se fazer sentir. Elas podem ser vistas, por exemplo, no debate em torno da origem tapuia ou tupi do componente indígena da população paulista, que teve como contendores, de um lado membros do IHGSP, reivindicadores da tese da origem tupi, e de outro figuras de maior independência intelectual, como Capistrano de Abreu e Theodoro Sampaio. Estes, pela senda da crítica documental, descobriram sua origem tapuia – indesejada porque relacionava

diretamente o estoque étnico paulista aos sobreviventes Kaingang, que ainda se achavam em relação de permanente conflito com o movimento colonizador.[41] Para John Monteiro, os repetidos episódios envolvendo os índios Kaingang nos sertões do Oeste paulista lançavam uma terrível contradição, que por vezes emergia como ponto cego no discurso hegemônico da identidade tupi. Com efeito, o profundo contraste entre os índios presentes em São Paulo no final do século XIX e a imagem idealizada dos primeiros habitantes do planalto no século XVI às vezes suscitava comentário explícito dos autores, em formulações ambíguas frente à representação identitária predominante.[42] Diante de contradições como essas, decorrentes do refinamento metodológico e seus paradoxos, a produção intelectual dos principais autores do período encontrará solução na formulação de um discurso mais nuançado, mais complexo, que achava um modelo em certo viés ambíguo da obra de Euclides da Cunha – a qual, ao mesmo tempo em que mantinha, por exemplo, as idealizações em relação ao papel dos bandeirantes na formação do território nacional, apontava para aspectos predatórios e violentos dessa mesma formação, dentre outros fatores.[43] Da mesma forma, foram abertas brechas para que se assumissem caracteristicas anteriormente excessivamente idealizadas ou demonizadas/evitadas das populações indigenas, como a própria antropofagia. Percebe-se, assim, que as próprias propostas do modernismo literário e artistico paulista (que, como se sabe, pouco depois se enraizariam, de forma ampla, multipla e profunda, na vida universitaria e cultural brasileira) podem ser inseridas no quadro geral interpretativo que procuramos aqui traçar.

32 De modo geral, a situação impunha uma maior maturidade não só dos discursos identitários mas também e sobretudo do discurso da ciência – já que este não podia mais florescer no simples ocultamento de fatores negativos como a pobreza, a violência e a escravidão. Em 1911, Afonso D'Escragnole Taunay colocaria o dilema de forma lúcida naquele contexto de áridas disputas:

> "O autor que no decorrer do estudo de um assunto quiser esquivar-se a um terreno em que sinta predileções magoadas, verá em breve surgir a questão desprezada sob o aspecto agressivo e perigoso da argumentação de um adversário de suas idéias e tendências que se documentou para lhe dar batalha, nas condições favoráveis de quem vê o antagonista confessar quanto lhe parece escorregadio o campo

> da luta. É portanto não somente leal mas sobretudo de excelente política atacar os fatos, de frente desde que o público esteja ao par da questão. (...) O que amigos calarem, e encobrir, adversários hão de proclamar retumbantemente, com tamanho estridor que se farão ouvidos em todos os recintos, o mais violento dos [baldões] atingirá em cheio o historiador: o de narrador parcial e desleal." (p. 326)

33 Diante disso, concluía Taunay que hoje, "e cada vez mais", era a sombra a grande inimiga do historiador. "O melhor modo de fazer a apologética é ainda dizer a verdade, toda a verdade, nada mais do que a verdade." (idem) Assim, em sua *História das Bandeiras Paulistas*[44], procurará ocultar o caráter atroz e violento da conquista e da escravização indígena – ao mesmo tempo polemizando com os autores que haviam condenado o bandeirantismo com razões humanitárias. Embora com viés nitidamente conservador e pecando em itens básicos relativos à manipulação e citação de fontes, Taunay acabará por apontar a relação profunda entre colonização e trabalho compulsório, mostrando as várias formas de escravidão indígena na América espanhola e portuguesa, "tema que vem sendo redescoberto pela historiografia brasileira."[45] Assim, a nova situação permitiu o vislumbramento de numerosos *insights*. O novo paradigma era também um novo horizonte a partir do qual se lançavam perspectivas válidas sobre o passado.[46]

34 Seguindo o momento político de descentralização e disputa, intelectuais ligados a contextos mais estritamente locais tinham independência suficiente para questionar formulações genéricas ou simples erros. Debates como aquele em torno do papel do rio São Francisco na formação da "unidade nacional", do papel de baianos e pernambucanos na conquista dos sertões, bem como as críticas a formulações claramente laudatórias ou excessivamente irreverentes de autores como Oliveira Lima[47], Capistrano de Abreu ou Oliveira Vianna[48], desencadearam um processo paulatino de amadurecimento do discurso da ciência, colaborando para aprofundar o seu caráter público e desmistificá-la. Não por acaso, um dos principais desafios metodológicos do período era a combinação entre o enfoque preponderantemente monográfico e seu relacionamento a contextos mais amplos – desenvolvendo-se, de forma particularmente sensível, nas discussões em torno do melhor modo de se escrever uma biografia – esta como meio de acesso a quadros mais abrangentes (uma época, uma socie-

dade). Mas isso tudo envolvia também uma visão mais aprofundada acerca de características da própria produção do conhecimento, o que acabava por incidir sobre questões de cunho epistemológico. Assim, havia a consciência, por parte de uma parcela expressiva dos principais intelectuais do período, em relação ao fato de que falar em ciência pura e na necessidade de respeito à temporalidade própria da construção científica do conhecimento não implicava contestar a sua aplicabilidade prática:

> "Na geologia, tanto como nas outras matérias, a ciência mesma tem de preceder a aplicação da ciência; e se o desenvolvimento dos recursos minerais do país não for baseado no conhecimento científico da geologia, inevitavelmente daí resultarão perda de esforços, perda de dinheiro, e o atraso do progresso nacional, inseparável de métodos fortuitos."[49]

35 O problema do processo de construção de uma relativa independência na produção do conhecimento pode ser acompanhado tanto na fabricação de uma imagem idealizada do intelectual "neutro", arredio ou independente (dentre outros, Calógeras, Capistrano e também Oswald de Andrade etc.)[50] – a qual correspondia a certa realidade haja vista a margem de independência de que agora dispunham os intelectuais em meio às diversas forças em disputa – como em algumas polêmicas ocorridas na imprensa, nas revistas dos Institutos estaduais e em publicações oficiais. Nesse sentido, é interessante o debate que se dá no jornal O *Comércio de São Paulo* e nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em torno do artigo "A bernarda de Francisco Ignácio". Nessa polêmica, uma das principais figuras do IHGSP, Antonio de Toledo Piza, rebatia um artigo que contestava a "exposiçao apaixonada de fatos historicos" e o fato de que, em publicações de caráter oficial, fossem introduzidos "escritos de particulares". Piza respondia que não havia nisso novidade alguma, estando os *Anais* da Biblioteca Nacional, a *Revista* do Arquivo Público Mineiro e outras publicações oficiais "recheadas de escritos inteiramente destituídos de caráter oficial". Em sua justificativa, o autor refletia sobre a natureza do apoio oficial aos estudos e às pesquisas de interesse público (RIHGSP, 7, 1902, pp. 54-55). E, dentro desse contexto, Piza define o espaço das revistas como espaço de debates mais condizente com o caráter público e processual do conhecimento:

> "Entende o cidadão E.R. que a própria *Revista* do Instituto Histórico deveria ser unicamente um 'repositório de documentos ou de memórias documentadas de fatos que interessam à nossa história', sem que nas suas páginas encontrem guarida os escritos não documentados e as opiniões dos seus sócios, hauridas nos estudos que tenham feito. É tão inadmissível semelhante teoria, que não é aceita por nenhum dos institutos históricos do meu conhecimento; veja-se a *Revista* do Instituto Histórico Brasileiro, uma das melhores publicações deste gênero, e nela encontrar-se-ão não somente muitos escritos dos seus sócios, mas até discussões sobre pontos históricos controvertidos, em que cada contendor sustenta as suas opiniões e as suas teorias, segundo o seu modo de apreciar as fontes de informações a que recorreu [51]." (A bernarda de Francisco Ignácio (Chaguinhas), RIHGSP, 7, 1902, p. 55)

36 Os "pontos históricos controvertidos" a que se refere o autor, bem como os limites e a natureza desse espaço de debates ganham a sua definição pelos argumentos desenvolvidos pelo próprio Piza em seu texto. E é nesse contexto que, mesmo que pudessem estar *em contradiçao* com uma parte das praticas ou da perspectiva do autor, ganhavam relevo a contestação de fatos sem apoio documental; a ênfase relativa à autenticidade e à "imparcialidade" dos documentos; e certos procedimentos de cotejo e crítica dos testemunhos [52].

37 No contexto em que a visão da importância desses procedimentos passa a ser cada vez mais compartilhada pelos intelectuais, em um processo por vezes doloroso, as lendas e tradições populares podiam ser vistas, como no caso de Theodoro Sampaio, como um território sagrado, só passível de contestação em face de provas irrefutáveis; como objeto da ciência, em estudos de folclore, etnografia ou etnologia; como território de irreverência em relação à "historia oficial" e estoque de uma nova representação sobre a nacionalidade; ou ainda, como no caso de Taunay, como o terreno do irracional, que a ciência despreza, contesta ou corrige. Em todos os casos, o problema estava em produzir um conhecimento que fosse reconhecido como legítimo, capaz de corrigir o que estava "errado" e produzir um consenso possível, ainda que suscetível a contra-argumentações, em torno de ações. Nesse sentido, e valendo-se da autonomia conferida pela fórmula federativa, os Estados e seus órgãos oficiais ou semi-oficiais lançarão no espaço público, em diferentes graus de ruptura com o

paradigma anterior e seletiva apropriação de aspectos do novo paradigma epistemológico, vasta documentação a ser compulsada para servir de base para as disputas.

38 A partir desta consciência moderna das possibilidades do conhecimento muitos intelectuais não hesitam em ferir mitos identitários, mesmo que isso significasse uma postura polêmica em relação a idealizações caras a seus próprios conterrâneos. Foi o caso de Oliveira Lima na ocasião em que foi elevado à condição de principal autoridade das comemorações do centenário do movimento de 1817 em Pernambuco. Apesar do ambiente fortemente nativista, que tinha como objetivo apresentar a precedência do estado nos movimentos pela Independência e pela República, Lima não hesitou em apresentar os limites do movimento e, ainda, sustentar posições mediadas sobre figuras execradas pela República como o Conde de Arcos, sempre apresentado como repressor sanguinário no episódio. Em pleno Teatro Santa Isabel afirmou Lima para uma platéia lotada em um dos eventos comemorativos:

> Estaria a capitania que os democratas de 1817 pretenderam subtrair à autoridade real e ao domínio lusitano, em condições de constituir um Estado independente e uma comunidade republicana?

> (...) O historiador da revolução, monsenhor Muniz Tavares, cujo trabalho o Instituto Arqueológico acaba de mui oportunamente reeditar, duvida mesmo, apesar dos seus sentimentos acendradamente democráticos, que a experiência fosse feliz, julgando-a antes temporã. Ele não só chama a atenção, com o agudo senso sociológico, para o perigo de transplantarem-se instituições estrangeiras sem levar em conta o espírito local que poderá achar-se ou não em situação capaz de perfilhá-las e *rende homenagem insuspeita a bondade do monarca e que viera erguer o seu trono sob o céu dos trópicos*, como declarar concordar com o mártir José de Luiz de Mendonça em que mudança instantânea da escravidão à liberdade representa um salto mortal [grifo nosso] [53].

39 Com isso, esses intelectuais se lançaram em um campo de forças essencialmente ambíguo, desencadeando reações que, mesmo a contragosto, só poderiam ter eficácia se se valessem das "melhores armas" da Ciência. Desse ponto de vista, obras como *Os sertões* e *Dom*

João VI no Brasil podem ser vistas como um *campo de tensões* cuja teia remete ao contexto e à cadeia de discussões e questões que temos abordado. Assim, lentamente, em processo não isento de mesclas, todos se articularam nesse campo de conflitos, em que polêmicas árduas assumiram caráter público, incidindo sobre a própria definição do público, e se encaminhando no sentido de alcançar um novo paradigma.

IV. As características do novo paradigma

40 Procuremos, agora, analisar mais detidamente as concepções sobre o conhecimento externadas por alguns dos principais intelectuais do período.

41 Em primeiro lugar, detectamos na produção desses intelectuais a consciência *de que o conhecimento de alguma forma lida não só com simplificações, mas principalmente com complexidades*. Malgrado predominasse a noção de que a ciência vinha para *simplificar* o complexo, a estupefação diante da imensidão da natureza e a dificuldade na detecção de regularidades nas relações de causalidade no âmbito dos fatos humanos são alguns temas constantes na obra e na trajetória de Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Alfredo D'Escragnole Taunay e Oliveira Vianna – para mencionar apenas alguns nomes. O modo como Oliveira Lima trabalha as mediações entre economia, sociedade, política, cultura e natureza em *Dom João VI no Brasil* são indicativos desse apanágio da nova sensibilidade. Em Euclides da Cunha, a consciência da complexidade vem num arrebatamento lírico – a que o escritor, diante da impotência da ciência atual para formular uma visão total da Amazônia, reage atribuindo um papel heróico à arte [54]. Taunay, por sua vez, ao acompanhar os passos da metódica de Langlois e Seignobos em sua *Introdução aos estudos históricos*, irá longe ao afirmar que "os fatos humanos complexos e variados não podem ser simplificados como expressões matemáticas" (Os princípios da moderna crítica histórica, p. 341-342), e procurará um equilíbrio entre diferentes enfoques debatidos pela historiografia, refletindo sobre os impasses entre o prisma geral e a particularização; o detalhamento das operações de crítica de origem e hermenêutica; etc. Também os cuidados que John Casper Branner toma ao frear generalizações em

relação à estrutura dos complexos geológicos brasileiros, em face da escassez de informações, remetem a esse novo realismo epistemológico. [55]

42 Oliveira Vianna, em seu discurso de posse da cadeira do baiano Aureliano Leal no IHGB, pronunciado em 1924, refletirá:

> "Os fenômenos históricos, senhores, já não se apresentam mais aos olhos dos modernos historiadores com aquela singela composição com que apareciam aos olhos dos velhos historiadores. Para estes, os acontecimentos históricos (...) eram conseqüências da atuação de um número limitado de causas e, às vezes, de uma causa única. Hoje, ao contrário do que presumiam estes espíritos simplistas, os fenômenos históricos se mostram tais como realmente são e como deveriam ser: extremamente complexos, resultantes, que são, da colaboração de uma infinidade de causas, tão variadas e múltiplas que, embora utilizando as luzes de todas as ciências e aparelhada com incomparáveis métodos de pesquisas, a crítica histórica não consegue discernir e isolar senão uma certa parte delas, que nem sempre, aliás, é a maior parte." (O valor pragmático da história, 1924, p. 319)

43 O segundo elemento desse novo paradigma do conhecimento está intrinsecamente ligado a esse reconhecimento do conjunto de complexidades com que lidava, em diversos níveis, o conhecimento: trata-se da consciência de que o conhecimento tem caráter limitado e, necessariamente, especializado. Nessa especialização, os objetos precisam ser drasticamente reduzidos – e, mesmo com essa redução, sua apreensão ultrapassa a vida de um único pesquisador e mesmo a vida de um conjunto de pesquisadores – embora *não a de todos os conjuntos possíveis de pesquisadores futuros*.

44 Taunay, por exemplo, observava que a ciência histórica avançara tanto que ninguém poderia, na "atualidade", descrever uma época, fazendo trabalho original, sem se dar a um trabalho imenso de pesquisa e de cotejo. Com isso, os campos a revolver haviam se restringido "singularmente": algumas décadas encaradas "sob o prisma moderno" exigiam labor muito mais intenso do que outrora essas "catapúlticas obras que se desfazem no silêncio das bibliotecas" (Os princípios da moderna crítica histórica, p. 327). Oliveira Vianna, embora mantivesse uma perspectiva normativa e nomológica, considerava fundamental o viés monográfico no estágio "atual" da ciência no Brasil (op.cit.). Na

carta que escreveu, quase na ocasião de sua posse no IHGB, para Alfredo de Mesquita Filho, clamou por mais estudos monográficos.[56] Ao cogitar sobre a organização de um Instituto Nacional de Investigações Sociológicas, pensou, dentre outros fatores, provavelmente no amparo às pesquisas de caráter monográfico que recebia de todo o país.[57]

45 A noção de que as operações que objetivam o conhecimento, na forma "moderna" (assentadas sobre trabalho sistemático e elaboração narrativa), produzem uma visão particular sobre um tema limitado e mesmo assim *válido* – e monografias claras e abrangentes são acolhidas como verdadeiras façanhas – , aparece também na visão que Oliveira Lima lançava sobre uma exposição de quadros em 1912. Em seu elogio do pintor pernambucano Telles Júnior, o historiador fazia referência a características de uma representação artística realista que se aproximavam das questões epistemológicas que marcavam e ao mesmo tempo eram marcadas pelo contexto institucional e político de então:

> "A quem do sertão, o céu pernambucano só é eternamente azul em poesia: na realidade não oferece o tom uno e metálico do céu do Egito. Escondem-no com freqüência nuvens cinzentas e grossas de chuvas que os fogos do sol poente tingem de rubro, dando-lhes aspectos de gigantesco brazido, e através dos quais o sol Zenith se filtra numa claridade que não chega a ser turva mas que é raramente deslumbrante, diluindo-a, a humidade do ar. Quando nuvens dessas não interceptam os raios dardejantes do sol, outras há, muito altas, muito leves, como que desfiadas, que põem manchas mascaradas no azul, geralmente desmaiado do horizonte.

> É assim que se esforça para tratar, e logra reproduzir o céu desta limitada região brasileira, o pincel do paisagista que ela há encontrado mais fiel e mais harmônico com a sua própria harmonia, que a arte é impotente para traduzir na plenitude de sua perfeição, mas de que consegue transmitir a sensação mais ou menos verdadeira, ou antes a sensação pessoal[58].

46 No texto, a representação mais realista da natureza dá-se no contexto mesmo de uma maior delimitação do objeto ("o céu desta limitada região brasileira"). A arte (assim como a ciência) é capaz de pro-

duzir uma representação tanto mais harmônica com a harmonia da própria natureza quanto possível. No entanto, é impotente para traduzir a plenitude de sua perfeição – embora transmita uma sensação "mais ou menos verdadeira, ou antes a sensação pessoal". Note-se que a sensação pessoal está em comunhão com o sentimento de pertencimento ao torrão representado, assim como o conhecimento local deve também comunicar este elo de pertencimento coroado pelo *sentimento*.

47 Em Euclides da Cunha, a limitação do conhecimento no sentido da restrição dos objetos aparece com clareza em seus escritos sobre a Amazônia:

> "Amazônia, ainda sob o aspecto estritamente físico, conhecemo-la aos fragmentos. Mais de um século de perseverantes pesquisas, e uma literatura inestimável, de numerosas monografias, mostram-no-la sob incontáveis aspectos parcelados. O espírito humano, deparando o maior dos problemas fisiográficos, e versando-o, tem-se atido a um processo obrigatoriamente analítico, que se, por um lado, é o único apto a facultar elementos seguros determinantes de uma síntese ulterior, por outro, impossibilita o descortino do conjunto."

48 Segundo Euclides, o naturalista Walter Bates assistira mais de um decênio na Amazônia, onde realizou descobertas que estearam o evolucionismo nascente, "surpreendendo" os Institutos da Europa. Todavia, durante aquele período, não saíra da estreita listra litorânea desatada entre Belém e Teffé. Ao cabo de sua "fecunda empresa", Bates poderia garantir que não esgotara sequer o recanto apertadíssimo em que se acolhera. Euclides da Cunha concluía: "Não vira a Amazônia. Daí o ter visto mais que os seus predecessores." Assim, o conhecimento, mesmo restrito, *permanece como conhecimento válido*. É, com efeito, a própria *validade do conhecimento fragmentário* que forma a base das antíteses com que opera Euclides no texto: diante dos fragmentos, dos traços "vigorosos e nítidos, mas largamente desunidos", temos uma enormidade que só se pode medir quando repartida; uma amplitude que tem de ser diminuída para que seja avaliada; e uma grandeza que só pode ser vista apequenando-se nos microscópios. Nessas antíteses, o que opera o pólo oposto é sempre a ciência, que acaba por dosar um infinito "a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente."

49 É importante retermos essa imagem do infinito dosado a pouco e pouco, de forma lenta, indefinida, difícil. Essa consciência em relação à *dificuldade* e à validade de um processo que lida com complexidades e precisa restringir-se para produzir resultados parciais é repleta de consequências. Em primeiro lugar, devemos reiterar que essa consciência, atenta a resultados práticos, evitava, a todo custo, uma postura cética. Isto explica porque características do paradigma anterior são mantidas: vários autores cultivarão, por exemplo, a crença de que o "conhecimento total" seria um dia alcançado. Esse dia estava, porém, extremamente distante, como se vê nas formulações, dentre outros, de Euclides da Cunha:

> "Mas ao mesmo tempo, convém-se em que esta marcha sobremaneira analítica, e de longo discurso remorado é fatal. A inteligência humana não suportaria, de improviso, o peso daquela realidade portentosa. Terá de crescer com ela, adaptando-se-lhe, para dominá-la. (...)
>
> É a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios.
>
> Mas então não haverá segredos na própria natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural..." [59]

50 De uma forma geral, se as grandes filosofias da história caem em certo ostracismo, o enfoque com ênfase na totalidade, embora perca terreno, não é completamente rejeitado. Assim, a momentânea impossibilidade da totalidade é aceita, mas o enfoque monográfico deve ser combinado a uma atenção às leis ou, pelo menos, fatores de ordem mais "geral". É desse ponto de vista que se entendem os debates sobre a escrita biográfica, que ressaltam, a partir de diferentes perspectivas, a necessidade de refinar o método de estudo da sociedade ou de toda uma época através do acompanhamento de uma trajetória individual. Nesse sentido, os próprios termos do concurso que o IHGB abriu em virtude da comemoração da vinda de D. João VI, e que previa a elaboração de uma biografia de D. João VI, abria perspectivas para o conhecimento do país. Lembremos a carta que Eucli-

des da Cunha, que parece ter se fascinado com a idéia, escreveu em 1904 a Max Fleiuss, quando ainda cogitava participar do concurso:

> (...) Um velho paulista – homem dos bons tempos – cedeu-me a sua coleção completa da *Revista do Instituto* – e ali tenho colhido muitos materiais para fixar a fisionomia da nossa gente no princípio do século passado. Sem a conhecer bem, jamais poderei fixar os traços essenciais do nosso velho Caxias.

> A sua carta perturbou-me. Realmente, um estudo da época de d. João VI é tentador. Além disto, para mim seria o melhor prólogo à grande vida do nosso grande e tranqüilo herói. É bem possível, portanto, que transfira para mais tarde o desempenhar-me do compromisso que tomei, para concorrer ao certame que se abrirá. Mas que prazo tem para isto ? Para mim o grande valor da tese a desenvolver, está menos na figura de d. João VI que na alta significação da sua época. Quem explanar com segurança fará simplesmente uma coisa extraordinária As *Origens do Brasil Contemporâneo*. [60]

51 Além disso, o principal "orientador" dos trabalhos historiográficos do período, Capistrano de Abreu, faria, em 1900, sugestões a Oliveira Lima para a elaboração do capítulo III de *Dom João VI no Brasil*, "O que era o resto do Brasil":

> Volta a seus velhos amores de D. João VI ! Eu gosto dele, ridículo ou não, se para Portugal foi fatal, para o Brasil foi o verdadeiro fundador do império e sobretudo da União. Quando chegar à época em que ele veio dar ao Brasil, leia de lápis em punho todos os viajantes, apresente um quadro largo do estado do Brasil, e ver-se-á quanto é falso e acanhado tudo quanto até agora se tem feito [61]" (*Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. II)

52 Entretanto, os ideais de construção de um saber total, tal como apareciam em teorias vindas dos séculos XVIII e XIX, estavam cada vez mais dissociados da prática concreta tanto da pesquisa como da elaboração geral do conhecimento. O conhecimento possível na atualidade era o conhecimento monográfico, e o século XX era o "século dos especialistas", ainda que um tipo particular de especialistas: aqueles que conseguiam interpretar e relacionar temas particulares a fatos gerais, malgrado em âmbito limitado, ou ainda vincular assuntos

particulares a ações com significado claramente definível em relação a linhas gerais de pensamento e ação. No contexto de especialização e "dispersão da matéria histórica", Oliveira Lima argumentaria que era preciso conciliar ciência e arte, história e literatura, ciência e "crítica", ciência e interpretação, a fim de "comunicar vibração às turbas desaparecidas", de reconstituir, com um aglomerado de pormenores, um caráter humano, ou dele deduzir uma "lei da evolução". Esta elaboração demandava, mais do que uma faculdade psicológica aguçada por sólida e moderna preparação científica, a ingente obra crítica com que escritores como Michelet e Taine haviam contado a ampará-los:

> Remontando mesmo mais longe, dentro do século findo, do que a Michelet e Taine, Thierry escudara-se com os pacientes trabalhos dos Beneditinos e com os resultados das pesquisas das Academias, e Alexandre Herculano, ainda que abrangendo a sua produção um longo esmiuçar de monumentos históricos, sentia-se arrimado aos faustosos mas excelentes frutos da atividade da Academia de História e da Academia de Ciências [62].

53 Completava Oliveira Lima que, no Brasil, apenas "hoje", graças justamente ao labor de Varnhagen (descrito como um ardente investigador, infatigável ressuscitador de crônicas esquecidas nas bibliotecas e de documentos soterrados nos arquivos, um valioso corretor de falsidades e ilustrado colecionador de fatos), a estudos especiais como os de Norberto de Sousa sobre a conjuração mineira, do Dr. José Higino sobre o período do domínio holandês no Norte e do Sr. Lúcio de Azevedo sobre os jesuítas no Grão-Pará, e

> ao impulso prestado às monografias, dissertações e comparações de documentos pelas associações de que são modelos o Instituto Histórico do Rio de Janeiro e, em menor escala, os Institutos de Pernambuco, Ceará, Bahia, São Paulo, etc., poderá um sincretizador tentar firmar numa vista de conjunto a sua concepção particular do desenvolvimento pátrio [63]

54 A passagem é importante porque coloca o IHGB acima dos institutos estaduais, e dá ao historiador - que aparece como figura independente, que produz uma concepção "particular", mas *válida*, do *desenvolvimento pátrio*, tendo assim a função de formular uma visão geral (ou tão geral quanto possível) com base nesse labor prévio – conce-

bido como um labor *coletivo*. Assim, na virada do século XIX para o século XX (e ao avançarmos neste, cada vez mais), era fácil chegar à conclusão de que o processo complexo e penoso do conhecimento precisaria de maior e mais diversificado apoio institucional para ser levado adiante (nesse sentido, é interessante lançar atenção à organização da pesquisa tanto no âmbito das instituições que as amparavam, como no dos pesquisadores individuais em seus arquivos pessoais). Mais do que isso, era preciso que esse apoio institucional tivesse um centro articulador. Com efeito, a maior consciência em relação, de um lado, à complexidade e ao caráter (momentaneamente) parcial do conhecimento e, de outro lado, aos riscos inerentes ao contexto de multiplicação dos lugares institucionais de produção do saber e de seus conflitos reciprocos, reforçava a *consciência em relação à necessidade de articulação institucional* – o que resultou em uma frente de atuação intensa por parte dos próceres da República.

55 Nesse sentido, também Oliveira Vianna verá no IHGB essa função articuladora – a qual não estava isenta de desdobramentos políticos tendo-se em vista tanto seus conhecidos posicionamentos justificadores de um poder central forte, inspirado no papel que jogara o Estado Imperial como força social plasmadora frente à nossa "dispersão", como sua posterior relação próxima com o Estado Novo no âmbito do alento conferido por Getúlio Vargas ao IHGB [64]:

> Há, certamente, outras instituições sábias no país; mas esta não só e a mais venerável e a mais austera, como mesmo a mais compreensiva e menos especializada, pois o estudo da História, abrangendo todas as especialidades, pede a colaboração de todas as ciências: as ciências da natureza, as ciências do homem, as ciências da sociedade."(...) as grandes sínteses históricas ultrapassam modernamente as possibilidades de um só indivíduo e só as grandes associações culturais serão capazes de realizá-las [65]

V. Paradoxos, limites e início de uma superação

56 Tais palavras de Oliveira Vianna já repercutem, porém, em um contexto de crise da Primeira República. Ora, o IHGB era uma das instituições em que essa República tentara projetar um espaço de legiti-

midade frente às disputas inter-estaduais e inter-regionais (e também frente aos crescentes conflitos sociais). Vimos, aliás, que esse espaço era também necessário do ponto de vista dos próprios contendores. Assim, quando estes passaram a não mais reconhecer as instituições republicanas como legítimas – em virtude de fatores como o acirramento das disparidades regionais, o agravamento da "questão social" e outros desequilibrios nos jogos de poder – , surgiu um espaço tanto para a idealização das instituições do Império, conjugada, porém, à consciência de que elas não poderiam voltar (o que culminaria em um fortalecimento das posições que defendiam a implantação de um Estado de poder discricionário)[66], como para a visão da necessidade de um novo contexto institucional para a produção do saber. Um novo contexto em que a produção do conhecimento ficasse relativamente mais distante das instituições politicas (mas não apenas isso, já que havia sido a complexidade de uma configuração multipla, envolvendo todo o arcabouço politico-juridico e cultural da Primeira República, que havia possibilitado a evolução do conhecimento e de seu próprio paradigma fora de um contexto universitario). Com o desabamento daquela configuração muito particular da Primeira República, tornou-se inevitavel que os agentes politicos e sociais que buscavam renovação se voltassem para a alternativa *da criação, afinal, no Brasil, de um enquadramento universitario*.

57 É preciso salientar, além disso, que a visão do caráter publico e institucional de que deveria se revestir o conhecimento não encontrava um contexto ideal na configuração político-institucional da Primeira República, e, por outro lado, não era o único desdobramento do caráter necessariamente lento e difícil do modo como se via cada vez mais o processo de construção do conhecimento. A percepção desse caráter era importante também porque tinha uma outra faceta prática, com desdobramentos políticos, e que operava em sentido inverso ao da modernização do paradigma do conhecimento: um resultado não é facilmente obtido, mas *também não é facilmente contestado*. Nesse sentido, vemos que as discussões que se processam nas revistas dos Institutos regionais ou nos trabalhos realizados sob a sua tutela, tomam um caráter de discussão sobre as regras do jogo e de revalidação de sua legitimidade. O problema era que, em um contexto de disputas, o campo de legitimidade incluía uma *margem para manipulação*: se um determinado grupo detém o controle sobre os do-

cumentos de sua região, pode manipulá-los e interpretá-los à sua maneira e segundo seus interesses – mantendo, é claro, certos princípios. Mesmo que o acesso aos documentos seja relativamente livre, o ônus da prova terá sempre de satisfazer as enormes exigências de uma ciência que se pretende válida para aliados e adversários.

58 Nesse sentido, é interessante evocar algumas das dificuldades que Thiers Fleming apontava, em 1918, à solução dos conflitos nas regiões de territórios litigiosos ou contestados nas fronteiras interestaduais. Embora vazasse uma perspectiva elitista, destacando, em primeiro lugar, o obstáculo decorrente do "espírito regionalista" de populações "sem instrução e sem educação cívica", Fleming mostrava com clareza, nas outras dificuldades que apontava, o quanto a opacidade no modo de funcionamento da esfera pública e da produção do conhecimento eram fatores que encontravam explicação nos não raro poderosos interesses contrariados. Dentre elas, destacava a oposição protelatória de certos advogados e políticos a bem de seus interesses particulares; o horror das responsabilidades por parte da maioria dos dirigentes; os obstáculos criados por muitos habitantes das zonas litigiosas que aproveitam a situação anômala para não pagar impostos e fazer "justiça" à sua vontade; a falta de medidas dependentes do Poder Legislativo; a falta de rápido andamento das causas que pendem do Poder Judiciário; e a falta de ação do Poder Executivo dos Estados. [67]

59 É impossível não pensar nos possíveis vínculos dessas questões com outras como as dificuldades que Francisco Antonio de Carvalho Lima Jr. encontrou ao tentar consultar documentos relativos aos limites da Bahia com Sergipe nos arquivos "públicos" baianos [68], e das resistências que o Barão de Studart impunha ao acesso aos preciosos documentos relativos à história do Ceará, que reunia (vide sua correspondência com Capistrano de Abreu). A propósito, John Casper Branner observava que muitas dúvidas que cercavam o conhecimento da geologia do Brasil vinham não da falta de dados, mas da *falta de conhecimento dos dados e de sua coordenação* [69]. Além da falta de serviços oficiais – com a exceção dos de São Paulo, Minas Gerais e do federal (criado apenas em 1907), havia poucas repartições às quais os geólogos, os engenheiros e o público podiam se dirigir à procura de informação a respeito da geologia do país –, outras circunstâncias prejudicavam a circulação e a própria dinâmica da produção do conheci-

mento no Brasil, como o fato de o país ser escassamente povoado, e de ter grandes áreas em que as estradas de ferro não penetraram, além de poucas boas estradas de rodagem. Com isso, Branner lançava atenção à importância da divulgação e publicização no processo de construção do conhecimento, não acreditando que a imprensa e outros órgãos semi-oficiais, como os Institutos Históricos e Geográficos, fossem suficientes para facilitar a produção do conhecimento e sua articulação. Havia, assim, uma deficiência de ordem institucional que tornava dispersa e difícil a publicização e a circulação do conhecimento – e, portanto, também a sua *verificação*. Não surpreende, assim, que Branner conferisse grande relevância a seus informantes brasileiros e a todo o aparato institucional norte-americano que o amparava.

60 O processo de modernização do paradigma do conhecimento na Primeira República foi repleto de paradoxos. Conjugando-se à sua imperfeição, desencadeavam-se disputas que em última instância seriam encaminhadas ao Congresso Nacional ou o Superior Tribunal Federal. Se a dinâmica dos conflitos tornava necessária uma esfera superior reconhecidamente legítima, em que o verdadeiro e o falso pudessem ser discernidos e definidos em face das provas, a esfera da produção do conhecimento era fundamental para construir e fundamentar argumentos. Tornava-se urgente, porém, produzir um conhecimento que estivesse à altura dessa instância julgadora – a qual, por sua vez, adotava o discurso republicano e liberal e se propunha como instância modernizadora, ao lado da ciência e da técnica. Assim, a assimilação do modo moderno de produzir ciência e técnica foi imprescindível à sobrevivência das oligarquias, *que dosaram, porém, o seu caráter público e coletivo*.

61 É claro que o problema pode ser encarado também do ponto de vista de como essa modernização fazia parte de uma *ideologia que justificava argumentos mesmo em caso de derrota, quando a questão tinha desdobramentos econômicos, sociais e políticos que incidiam não apenas sobre as disputas interestaduais, mas sobre a dinâmica dos conflitos internos ao próprio estado.* É talvez dessa perspectiva que possamos entender um fator importante para a compreensão da incompletude do processo de modernização – que bloqueava, por exemplo, a realização plena do caráter público do conhecimento – o que se reflete notoriamente no caso do acesso às fontes do conhecimento, que

se juntava a problemas como o das "coimas de egoísmo irredutível e de baralhamento intencional, peculiares a tais controvérsias."[70] Assim, a dinâmica do conhecimento faz parte da lógica de reprodução, com maior ou menor perfeição, da dominação – a qual precisava, todavia, como todos explicitamente reconheciam, fazer concessões. Nesse sentido, um dos grandes temas dos estudos geográficos e históricos do momento foi o da ascendência de um centro irradiador civilizado para o interior[71]. As elites ilustradas precisavam estender seu raio de influência sobre o interior do Estado, abrangendo relações de cunho econômico (associação comercial, estradas de ferro, açudes, impostos); e religioso cultural (escolas; ensino secundário concentrado na Capital; ascendência sobre paróquias e outras organizações de cunho religioso, etc); dentre outras, reveladoras da estrutura marcada pelas brigas e pactos intra-oligárquicos e o poder dos "coronéis". Nesse contexto, procuraram todos os meios possíveis, procurando intervir, por exemplo, no campo complexo da própria literatura de cordel – um dos fortes veiculos de irradiação do conhecimento/poder para a população não letrada ou semi-letrada no "Norte"/ "nordeste".[72] Era este, portanto, também um campo complexo de disputas e conflitos, já que os folhetos de cordel também veiculavam e expressavam, tal como o campo de performance (gestual, ritual etc.) da vida cotidiana e da oralidade, de modo não linear, heterogêneo e muitas vezes ambíguo, diversos tipos de hierarquias e contestações à ordem dominante.

Em síntese, a crise da Primeira República pode ser vista também como a crise do modo como a produção do conhecimento se relaciona às estruturas políticas e sociais. Em face do acirramento das desigualdades e de complexificação da questão social, para os quais concorreram muitos fatores, aquela articulação já não era mais possível. Nesse contexto, o paradigma do conhecimento entra em crise, e precisa se renovar não tanto em seus pressupostos – que poderão ser em parte semelhantes aos anteriores – mas em seu próprio contexto institucional e modo de articulação com o poder. Nascem, daí, as condições para que o antigo projeto universitário encarne as projeções de uma esfera mais universal e moderna de produção do conhecimento – a qual, no caso de São Paulo, começará pela composição de uma equipe de professores recrutados junto aos grandes centros da produção científica mundial. É aí que começa, portanto, o percurso

"antropófago" que, associado a sucessivas ondas de transformação social, econômica, cultural e política (encaminhadas nos diversos sentidos em que sera' encarada, ao longo das décadas, a "modernização" e sua discussão), e apoiado, de um lado, no saber técnico-cientifico (ciências naturais e aplicadas), e, de outro, em um saber hiper-critico e especializado da sociedade (humanidades), acabará por dar ao Brasil algumas das principais instituições universitárias da América Latina na atualidade.

BIBLIOGRAPHIE

Abreu, Capistrano, *Correspondência*, Tomo II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977

Albuquerque Jr., Durval Muniz de, A *invenção do Nordeste e outras artes*, Recife, Joaquim Nabuco/Massangana; São Paulo, Cortez, 2001

Amaral, Braz do, *Limites do Estado da Bahia*, Bahia, Imprensa Official do Estado, 1916-17, 2vs.

Amaral, Eduardo Lúcio Guilherme, *Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920)*, Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2002

Annaes da conferência de limites interestaduaes, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1921

Athayde, João Martins de, *As quatro classes corajosas*, Recife, S.N., 1930

Bevilaqua, Clovis; Rocha, Arthur Pinto da; Magalhães, Basílio de (relator), "Parecer da Comissão de História [quanto à proposta do nome do Sr. comandante Dr. Thiers Fleming para sócio do IHGB]", apud Fleming, Thiers, op.cit., p. 214

Boas, Franz, "As Limitações do Método Comparativo da Antropologia", in CASTRO, Celso (Org.), *Franz Boas. Antropologia Cultural*, Rio de Janeiro, Zahar, 2004, p. 25-40

Boccanera Jr., Silio, "A Bahia e seus historiadores", *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 45/46, 1919-1920, p. 153-164

Botelho, André, *Aprendizado do Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, 2002

Branner, John Casper, *Geologia elementar preparada com referência especial aos estudantes brasileiros*, Rio de Janeiro/São Paulo, Laemmert & Co. – editores, 1906

_____ *Resumo da geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil*, Washington, D.C., Press of Judd & Detweiler, Inc., 1920

Callari, Cláudia Regina, "Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.21, n.40, 2001, p.59-83

Cardoso, Vicente Licínio et alii (Orgs.), *À margem da história da República*, Rio de Janeiro, Annuario do Brasil, 1924

Carvalho, Antonio Gontijo de, *Calógeras*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935, p. 29-79; Amed, Fernando, *As cartas de Capistrano de Abreu*, São Paulo, Alameda, 2006

Carvalho, José Murillo de, *A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1990

Costa, Luiz Augusto Maia, *O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século. O Engenheiro Theodoro Sampaio a as Questões Territoriais e Urbanas Modernas* (1886-1903), Dissertação de Mestrado, FAU-USP, São Paulo, 2001, 2 vs.

Costa, Wilma Peres, "História geral das bandeiras paulistas", in Mota, Lourenço Dantas (Org.), *Um banquete no trópico*, São Paulo, Senac, 2002, v. 2

Cunha, Euclides da, *À margem da história*, São Paulo, Martins Fontes, 1999 [1909]

_____"Preâmbulo" in Rangel, Alberto, *Inferno Verde – cenas e cenários do Amazonas*, Tours, Arrault, 1924, 4ª edição

_____ *Os sertões*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1940 [1902]

Dias, Margarida Maria Santos, *Intrepida ab origene: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local* (1905-1930), João Pessoa, Almeida, 1996

Dolhlnikoff, Miriam, *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*, São Paulo, Globo, 2005

Ferraz, Breno, *Cidades Vivas*, São Paulo, Monteiro Lobato, 1924

Ferreira, Antônio Celso, *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica* (1870-1940), São Paulo, Ed. Unesp, 2002

Ferretti, Danilo. *A construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo* (1856-1930), Tese (Doutorado em História Social). Depto. de História da FFLCH da USP, São Paulo, 2004

Figueirôa, Silvia, *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*, São Paulo, Hucitec, 1997

Fleming, Thiers, *Limites e superfície do Brasil e seus estados*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1918

Gadamer, Hans-Georg, *Verdade e método*, Petrópolis, Vozes, 1997

Galvão, Walnice Nogueira; Galotti, Oswaldo (Orgs.), *Correspondência de Euclides de Cunha*, São Paulo, Edusp, 1997

Gomes, Ângela de Castro, *Cidadania e direitos do trabalho*, Rio de Janeiro, Zahar, 2002

_____ *História e historiadores*, Rio de Janeiro, FGV, 1999

Guimarães, Eduardo Henrique de Lima, *Religião, pátria e liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876*, Dissertação (Mestrado em História), Depto. de História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996

Guimarães, Lucia Paschoal, *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1889-1938* , Rio de Janeiro, Editora Museu da República, 2006

Guimarães, Lucia Paschoal; Araujo, Valdei Lopes de, "O sistema intelectual brasileiro em John Casper Branner", in Gomes, Ângela de Castro (Org.), *Escrita de si, escrita da História*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004

Gutfreind, Ieda, A *construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975*, Tese (Doutorado). FFLCH – USP, São Paulo, 1989;

Iumatti, P. T., "O percurso para o sentido da colonização e a dinâmica da historiografia brasileira nas primeiras décadas do século XX", in: Iumatti, P. et al. (Org.), *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, Edusp/FAPESP, 2008, p. 127-167

Langlois; Seignobos, I*ntroduction aux études historiques*, Paris, Hachette, 1898

Lima, Nísia Trindade, *Um sertão chamado Brasil*, Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ, UCAM, 1999

Lima, Oliveira, "Elogio a Varnhagen" in Sobrinho, Barbosa Lima (Org.) *Oliveira Lima Obra Seleta*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971

_____ *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, v. XIX, n. 95-98, Recife, 1917, p. 45

_____ "Um paisagista pernambucano – Telles Junior [Pernambuco, fevereiro de 1905]", *Revista do IAHGP*, 84, jan./dez. 1912, p. 121-124

Lima Jr., Francisco Antonio de Carvalho, *História dos limites entre Sergipe e Bahia: estudo de litígio interestadual*, Aracajú, Imprensa Official, 1918

Limites dos Estados Unidos do Brasil – sistematização provisória das linhas de limite do território da República e do de cada uma das suas unidades políticas, Rio de Janeiro, Typografia do Dep. Nac. de Estatística, 1933

Luca, Tânia Regina de, A *Revista do Brasil: um diagnóstico para a* (N)*ação*, São Paulo, UNESP, 1999

Machado, José de Alcântara, *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1929

Maia, José Gonçalves, *Direito territorial de Pernambuco sobre a Comarca do Rio São Francisco*, Recife, Imprensa Industrial, 1919

Malatian, Teresa, "O retorno do César caricato", in Bresciani, Maria Stella et alii. (Orgs.), *Jogos da política*, São Paulo, ANPUH, FAPESP, Marco Zero, s.d.

Mello, Evaldo Cabral de, *Rubro veio – o imaginário da restauração pernambucana*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997

Monteiro, John, "Tupis, tapuias e a história de São Paulo" In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 34, nov. 1992

Morato, Francisco Antônio de Almeida, *Relatório da comissão de limites de São Paulo e Minas Gerais*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1937

Nader, Pedro, *Os fatos que se contam*, Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP (Depto. de Filosofia), São Paulo, 1995

Paiva, Marco Aurélio Coelho de, A *conquista intelectual do Amazonas* (1900-1930), Dissertação (Mestrado em Sociologia). Depto. de Sociologia da FFLCH da USP, São Paulo, 2000

Pasta Jr., A., "Cordel, intelectuais e o Divino Espírito Santo (notas sobre artes do povo e estética da representação) », in Bosi, Alfredo (Org.), *Cultura Brasileira*

– *temas e situações*, São Paulo, Ática, 2006, p. 58-74

Piza, Antonio Toledo, "A bernarda de Francisco Ignácio (Chaguinhas)", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 7, 1902

Raimundo, Silvia Lopes, *A invenção do mito bandeirante – tradição e pensamento regionalista na historiografia paulista das décadas de* 1920-1930, Dissertação (Mestrado em Geografia), Depto. de Geografia da FFLCH da USP, São Paulo 2001

Sampaio, Teodoro, *O Tupi na Geografia Nacional*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1984 [1901]

Schwarcz, Lilia Moritz, *O espetáculo das raças*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993, p. 99-140

_____ *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*, São Paulo, IDESP, 1989

Silva, João Melchiades Ferreira da, *Descripção do Estado da Parahyba do Norte em versos*, Paraiba, Popular Editora, s.d.

Silva, Lígia Osório, *Terras devolutas e latifúndio*, Campinas, Editora da Unicamp, 1996

Sobrinho, Barbosa Lima, "Capistrano de Abreu e o povoamento do Sertão Pernambucano", *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. 50, 1978, p. 9-49

Taunay, Afonso de, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, Melhoramentos, 1961

Telles, Pedro Carlos da Silva, *História da engenharia no Brasil – século* XX, Rio de Janeiro, Clavero Editoração, 1984-1993

Terra, R., *Memoria de lutas: literatura de folhetos do Nordeste*, São Paulo, Global, 1983

Torres, Vasconcelos, *Oliveira Vianna - sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*, São Paulo / Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos S.A., 1956

Vianna, Oliveira, "Discurso do sr. Oliveira Vianna", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1924, Tomo 96, v. 150

_____*O ocaso do Império*, São Paulo, Melhoramentos, s.d.

NOTES

1 Gutfreind, Ieda, A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975, Tese (Doutorado). FFLCH – USP, São Paulo, 1989; Ferreira, Antônio Celso. A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940), São Paulo, Ed. Unesp, 2002; Amaral, Eduardo Lúcio Guilherme. Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920), Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2002; Paiva, Marco Aurélio Coelho de, A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930), Disser-

tação (Mestrado em Sociologia). Depto. de Sociologia da FFLCH da USP, São Paulo, 2000; Dias, Margarida Maria Santos, Intrepida ab origene: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local (1905-1930), João Pessoa, Almeida, 1996; Mello, Evaldo Cabral de, Rubro veio – o imaginário da restauração pernambucana, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997; Guimarães, Eduardo Henrique de Lima, Religião, pátria e liberdade: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876, Dissertação (Mestrado em História), Depto. de História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996; Raimundo, Silvia Lopes, A invenção do mito bandeirante – tradição e pensamento regionalista na historiografia paulista das décadas de 1920-1930, Dissertação (Mestrado em Geografia), Depto. de Geografia da FFLCH da USP, São Paulo 2001; Ferretti, Danilo. A construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930), Tese (Doutorado em História Social). Depto. de História da FFLCH da USP, São Paulo, 2004; Callari, Cláudia Regina, "Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes", Revista Brasileira de História, São Paulo, v.21, n.40, 2001, p.59-83; Carvalho, José Murilo de, A formação das almas: o imaginário da república no Brasil, São Paulo, Cia. das Letras, 1990; Schwarcz, Lilia Moritz, O espetáculo das raças, São Paulo, Cia. das Letras, 1993, p. 99-140; _____ Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros, São Paulo, IDESP, 1989; Albuquerque Jr., Durval Muniz de, A invenção do Nordeste e outras artes, Recife, Joaquim Nabuco/Massangana; São Paulo, Cortez, 2001. O assunto tem sido pesquisado, em diversos trabalhos, especialmente por Lúcia Paschoal Guimarães. Guimarães, Lucia Paschoal, Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1889-1938 , Rio de Janeiro, Editora Museu da República, 2006

2 Vide, por exemplo, os trabalhos de Antonio Carlos Robert Moraes, Perla Zusman e Lia Osório Machado.

3 Gomes, Ângela de Castro, Cidadania e direitos do trabalho, Rio de Janeiro, Zahar, 2002, p. 1-19

4 Candido, Antonio, "Literatura e cultura de 1900 a 1945", cit. por Botelho, André, Aprendizado do Brasil, Campinas, Editora da Unicamp, 2002, p. 57.

5 Silva, Lígia Osório, Terras devolutas e latifúndio, Campinas, Editora da Unicamp, 1996, p. 181-4; p. 192-3.

6 Vide Silva, Lígia Osório, idem, p. 233-243.

7 "Não se compreende que, tendo proclamado a Constituição, de modo formal, o arbitramento como princípio mais justo e acertado para dirimir questões internacionais, perdurem lamentáveis dissenções e conflitos pela conquista de território dentro da mesma pátria (...)"Annaes da conferência de limites interestaduaes, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1921, p. 7

8 Annaes da conferência de limites interestaduaes, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1921, p. 7.

9 Na nota do quadro III da publicação oficial Limites dos Estados Unidos do Brasil, de 1933, era observado das 39 fronteiras interestaduais existentes no Brasil, 30 foram objeto de litígios que a República herdou da Monarquia, a saber: a) definitivamente encerrados: AM-MT, PA-MT, CE-RN, SP-PR, SP-MG e PR-SC (6); b) resolvidos por acordos diretos, que seguem a sua marcha constitucional: MA-PI, PI-BA, CE-PB, CE-PE, RN-PB, PB-PE, BA-MG, BA-GO, ES-RJ, RJ-MG e RJ-SP (11); c) Resolvido por arbitramento, dependente de homologação dos Estados interessados e da União: MG-GO (1); d) submetidos a arbitramento: PA-GO, PI-GO, PI-CE, PE-AL, BA-ES e RJ-DF (5); e) afetos ao Supremo Tribunal Federal: AM-União, AM-PA, PE-BA, ES-MG e GO-MT (5); f) A resolver: SE-BA e SC-RS. Limites dos Estados Unidos do Brasil – sistematização provisória das linhas de limite do território da República e do de cada uma das suas unidades políticas, Rio de Janeiro, Typografia do Dep. Nac. de Estatística, 1933, p. 77.

10 Vide Dolhlnikoff, Miriam, O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil, São Paulo, Globo, 2005.

11 Maia, José Gonçalves, Direito territorial de Pernambuco sobre a Comarca do Rio São Francisco, Recife, Imprensa Industrial, 1919.

12 Amaral, Braz do, Limites do Estado da Bahia, Bahia, Imprensa Official do Estado, 1916-17, 2vs.; Lima Jr., Francisco Antonio de Carvalho, História dos limites entre Sergipe e Bahia: estudo de litígio interestadual, Aracajú, Imprensa Official, 1918.

13 Amaral, Braz do, ["Relatório relativo aos trabalhos dos delegados baianos no VI Congresso Brasileiro de Geografia"], Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1919, p. 204-206.

14 Annaes da Conferência de Limites interestaduais, op. cit., p. 15, 19, 20.

15 Souza, Bernardino de, "Em torno da Carta Geográfica da Bahia", Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1919.

16 Costa, Luiz Augusto Maia, O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século. O Engenheiro Theodoro Sampaio a as Questões Territoriais e Urbanas Modernas (1886-1903), Dissertação de Mestrado, FAU-USP, São Paulo, 2001, 2 vs. A elite cafeicultora paulista tomara diversas providências naquela direção, com o fito de intensificar seu projeto modernizador, nas palavras de Silvia Figueirôa, "valendo-se da relativa descentralização política e da maior autonomia concedida aos estados na federação." Figueiroa, Silvia, As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934, São Paulo, Hucitec, 1997.

17 "(...) problemas relativo são conhecimento e efetiva incorporação do território consistem em preocupações constantes da intelectualidade e das elites políticas tanto do Império como da República. Ao lado da questão indígena, esta é uma das razões para identificar a Missão Rondon como uma epopéia. Afinal, à época de suas expedições (1892-1925), a própria noção de território brasileiro era problemática. Não se dispunha de uma carta definida, os acidentes geográficos eram desconhecidos e muitas vezes representados cartograficamente de forma equivocada; o conhecimento sobre o fluxo dos rios e o relevo, entre outros fatores geográficos, era escasso, em relação à quase totalidade do território; problemas de fronteiras não estavam totalmente solucionados. Um exemplo que adquiriu forte conteúdo simbólico é o do Rio da Dúvida, na região amazônica, cujo percurso só ficou esclarecido após a viagem científica de Rondon e Roosevelt, em 1914, quando recebeu o nome do ex-presidente americano." (Lima, Nísia Trindade, Um sertão chamado Brasil, Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ, UCAM, 1999, p. 66-7) "Paralelamente ao incentivo à imigração de trabalhadores para a lavoura e à melhoria das condições de infra-estrutura (...), os cafeicultores não descuidaram das questões educacionais, sanitárias e agrícolas, tendo sempre o café como fio condutor das ações. Além da industrialização mesma, que foi caudatária da cafeicultura (...), a economia cafeeira deflagrou também um rápido processo de urbanização, concentrado sobretudo na capital, que passou a gerar novas demandas e pressões sociais em todos os níveis./ Nesse projeto, a ciência ocupou papel de relevo, e as iniciativas levadas a cabo passavam obrigatoriamente por ela: instituições científicas (de ensino e de pesquisa) foram criadas para executar o levantamento dos recursos naturais paulistas (Comissão Geográfica e Geológica), cuidar do solo (Instituto Agronômico), melhorar as condições de saúde (Instituto Bacteriológico), entre outras (...)" (Figueirôa, Silvia, As ciências geológicas no Brasil, op.cit., pp. 131-132)

18 Annaes da Conferência de Limites interestaduais, op. cit., pp. 20,21.

19 Idem.

20 Luca, Tânia Regina de, A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação, São Paulo, UNESP, 1999, p. 95

21 Luca, Tânia Regina de op. cit. p. 97

22 Vide, por exemplo, Morato, Francisco Antônio de Almeida, Relatório da comissão de limites de São Paulo e Minas Gerais, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1937, p. 12, 20 e 93; Fleming, Thiers, Limites e superfície do Brasil e seus estados, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1918, p. 13. É interessante notar que o trabalho do comandante Thiers Fleming, Limites Inter-estaduais, foi sua porta de entrada para o posto de sócio do IHGB. Ele fora escrito sob encomenda do Presidente Wenceslau Braz, que se satisfizera com a operosidade de Fleming quando atuara como emissário junto aos governos do Paraná e de Santa Catarina na disputa do Contestado. O trabalho trazia grande clareza de raciocínio e argumentava que as dificuldades para uma solução final de todas as 24 questões de limites interestaduais eram "relativamente pequenas" (p. 35). Apesar da acolhida entusiástica que as idéias que veiculou receberam, cedo se veria que o problema não era tão simples. Vide as pendências ainda presentes nos anos 30, em Limites dos Estados Unidos do Brasil – sistematização provisória das linhas de limite do território da República e do de cada uma das suas unidades políticas, Rio de Janeiro, Typografia do Dep. Nac. de Estatística, 1933, p. 76-77.

23 Telles, Pedro Carlos da Silva, História da engenharia no Brasil – século XX, Rio de Janeiro, Clavero Editoração, 1984-1993, p. 343.

24 Idem, p. 345-346.

25 Langlois; Seignobos, Introduction aux études historiques, Paris, Hachette, 1898; Vide Nader, Pedro, Os fatos que se contam, Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP (Depto. de Filosofia), São Paulo, 1995.

26 Vide, por exemplo, Luca, Tânia Regina, A Revista do Brasil, op.cit.; Schwarcz, Lilia, O espetáculo das raças, op. cit.; Guimarães, Lucia Paschoal, Da Escola Palatina ao Silogeu, op. cit., 2006.

27 Cf. Boas, Franz, "As Limitações do Método Comparativo da Antropologia", in CASTRO, Celso (Org), Franz Boas. Antropologia Cultural, Rio de Janeiro, Zahar, 2004, p. 25-40.

28 Luca, Tania Regina, op.cit., pp. 167-8.

29 Sampaio, Teodoro, O Tupi na Geografia Nacional, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1984 [1901], p. 8-9.

30 Figueirôa, Silvia, op.cit., p. 117.

31 Vide Guimarães, Lucia Paschoal; Araujo, Valdei Lopes de, "O sistema intelectual brasileiro em John Casper Branner", in Gomes, Ângela de Castro (Org.), Escrita de si, escrita da História, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p. 106-7.

32 Idem, p. 97.

33 Idem, p. 99.

34 Branner, John Casper, Geologia elementar preparada com referência especial aos estudantes brasileiros, Rio de Janeiro/São Paulo, Laemmert & Co. – editores, 1906, pp. 1-3. Branner evoca, em todo o livro, "resultados gerais" e relações de causalidade advindos das leis da química e da física.

35 Idem, p. 288.

36 Branner, John Casper, Resumo da geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil, Washington, D.C., Press of Judd & Detweiler, Inc., 1920, p. 1.

37 Idem, p. 8.

38 Ibidem.

39 "Até ao presente o conhecimento da geologia do Brasil tem sido de tal modo fragmentário e duvidoso que os mapas geológicos publicados deixarão de dar uma idéia bem definida da geologia geral daquele país. / Muitas das dúvidas, porém, não vê da falta de dados, mas sim da falta de conhecimento dos dados e da coordenação deles. Ajuntando tudo o que se sabe e que foi publicado sobre a geologia do Brasil e procurando disto uma interpretação racional já é possível representar a geologia geral do país de uma maneira regular." (Idem, p. 7)

40 idem, pp. 7-8.

41 O quadro que se torna ainda mais complicado em face das disputas em torno da expansão territorial. Nesse contexto, a região do vale do Paranapanema em São Paulo era particularmente conflituosa, já que atacada constantemente por indígenas kaingang, vistos como descendentes dos tapuias. Interessa, assim, ao poder econômico, figurar os kaingang como fora da esfera da identidade paulista, legitimando sua posição de outro da civilização, passível de ser exterminado. Nesse contexto, Theodoro Sampaio, como

membro da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, apresenta uma visão contestadora, na medida em que denuncia a forma como os kaingang estão sendo exterminados, e afirma, com Capistrano de Abreu e alguns outros pesquisadores, que a origem paulista tinha um componente tapuia. Mais do que isso, em seu relatório sobre o Paranapanema, critica a monocultura do café, defendendo que a saída para o desenvolvimento econômico estava na policultura. Costa, Luiz Augusto Maia, O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século, op.cit.

42 Monteiro, John, "Tupis, tapuias e a história de São Paulo", Novos Estudos Cebrap, n. 34, nov. 1992, p.131.

43 Cunha, Euclides da, Os sertões, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1940 [1902], p. 55 e outras.

44 Taunay, Afonso de, História Geral das Bandeiras Paulistas, São Paulo, Melhoramentos, 1961.

45 Costa, Wilma Peres, "História geral das bandeiras paulistas", in Mota, Lourenço Dantas (Org.), Um banquete no trópico, São Paulo, Senac, 2002, v. 2, p. 113-4

46 Gadamer, Hans-Georg, Verdade e método, Petrópolis, Vozes, 1997.

47 Mello, Evaldo Cabral de, Rubro Veio, op. cit., p. 31.

48 Boccanera Jr., Silio, "A Bahia e seus historiadores", Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 45/46, 1919-1920, p. 153-164; Machado, José de Alcântara, Vida e morte do bandeirante, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1929; Sobrinho, Barbosa Lima, "Capistrano de Abreu e o povoamento do Sertão Pernambucano", Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 50, 1978, p. 9-49.

49 Branner, John Casper, Resumo da geologia do Brasil, op. cit., p. 7.

50 Vide, por exemplo, Carvalho, Antonio Gontijo de, Calógeras, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935, p. 29-79; Amed, Fernando, As cartas de Capistrano de Abreu, São Paulo, Alameda, 2006.

51 Ver Piza, Antonio Toledo, "A bernarda de Francisco Ignácio (Chaguinhas)", Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 7, 1902, p. 55

52 "(...) Neste caso, me parece que a sua opinião é suspeita, e a sua narrativa deve ressentir-se de muita parcialidade; não podemos, portanto, aceitar sem reservas o seu juizo a respeito dos Andradas, inimigos do dr. Costa Carvalho e do coronel Francisco Ignacio. Temos de ir buscar outras fontes de informação, e foi o que eu fiz nos meus modestos escritos, baseando-me

sobre opiniões de homens que não eram aparentados com os Andradas e pertencentes a todos os partidos. (...)" Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 7, 1902, p. 20 e ss.

53 Lima, Oliveira, Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, v. XIX, n. 95-98, Recife, 1917, p. 45.

54 Vide o Prefácio que Euclides escreveu ao livro de Alberto Rangel. Rangel, Alberto, Inferno Verde – cenas e cenários do Amazonas, Tours, Arrault, 1924, 4ª edição.

55 Op.cit., p. 17, 23, dentre outras.

56 Cf. Ferraz, Breno, Cidades Vivas, São Paulo, Monteiro Lobato, 1924.

57 Seu biógrafo Vasconcelos Torres afirma que de norte a sul lhe enviavam originais contendo levantamentos, e resultados de pesquisas diretas. Cf. Torres, Vasconcelos, Oliveira Vianna - sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia, São Paulo / Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos S.A., 1956, p. 130-134.

58 Lima, Oliveira, "Um paisagista pernambucano – Telles Junior [Pernambuco, fevereiro de 1905]", Revista do IAHGP, 84, jan./dez. 1912, p. 121-124.

59 Cunha, Euclides da, "Preâmbulo" in Rangel, Alberto, Inferno Verde, op. cit. Em contraste com a delimitação precisa do positivismo que coloca na bandeira da nação as estrelas correspondentes aos estados, Euclides olhará também para a impotência da ciência diante do infinito, sem perder, contudo, a crença em um "ideal": "O evangelho fecha-se com a astronomia. (...) E não nos espanta que após estudarem sob incontáveis aspectos, os astros extraordinários, e de assistirem ao despencar escandaloso de tantas explicações, gizadas a esclarecê-los com os nossos conhecimentos atuais, cheguem os cientistas de agora à melancólica conclusão da falência inesperada da astronomia, ante aquelas estrelas flagrantemente rebeldes a todas as analogias do nosso sistema, e às fórmulas matemáticas mais seguras. (...) E pensamos maravilhados diante do crescer e do transfigurar-se da própria realidade, que, mesmo na esfera aparentemente seca do mais estreito racionalismo, se nos faz mister um ideal, ou uma crença, ou os brilhos norteadores de uma ilusão alevantada, embora eles não se expliquem, nem se demonstrem com os recursos da nossa consciência atual, como se não demonstram, nem se explicam, malgrado os recursos da mais perfeita das ciências, os astros volúveis, que pelejam por momentos e morrem indecifráveis, como resplandeceu e se apagou a estrela radiosa, que norteou os Magos no deserto, e nenhum sábio ainda fixou na altura." Cunha, Euclides

da, À margem da história, São Paulo, Martins Fontes, 1999 [1909], p. 206-209)

60 Galvão, Walnice Nogueira; Galotti, Oswaldo (Orgs.), Correspondência de Euclides de Cunha, São Paulo, Edusp, 1997, p. 198.

61 Abreu, Capistrano, Correspondência, Tomo II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 222.

62 Lima, Oliveira, "Elogio a Varnhagen", in Sobrinho, Barbosa Lima (Org.) Oliveira Lima Obra Seleta, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 533.

63 Ibidem.

64 Gomes, Ângela de Castro, História e historiadores, Rio de Janeiro, FGV, 1999.

65 Vianna, Oliveira, "Discurso do sr. Oliveira Vianna", Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1924, Tomo 96, v. 150, p. 433.

66 Vide Malatian, Teresa, "O retorno do César caricato", in Bresciani, Maria Stella et alii. (Orgs.), Jogos da política, São Paulo, ANPUH, FAPESP, Marco Zero, s.d.; Vianna, Oliveira, O ocaso do Império, São Paulo, Melhoramentos, s.d.; Cardoso, Vicente Licínio et alii (Orgs.), À margem da história da República, Rio de Janeiro, Annuario do Brasil, 1924.

67 Fleming, Thiers, Limites e superfície do Brasil e seus estados, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1918, p. 25.

68 Lima Jr. , Francisco Antonio de Carvalho, História dos limites entre Sergipe e Bahia: estudo de litígio interestadual, Aracaju, Imprensa Oficial, 1918.

69 Branner, J. C. Resumo da Geologia do Brasil, op. cit., p. 7.

70 Bevilaqua, Clovis; Rocha, Arthur Pinto da; Magalhães, Basílio de (relator), "Parecer da Comissão de História [quanto à proposta do nome do Sr. comandante Dr. Thiers Fleming para sócio do IHGB]", apud Fleming, Thiers, op.cit., p. 214.

71 Nesse sentido, é interessante salientar que na "Parte Literária" do Almanach, um texto sobre "A cidade do Aracaty" – mescla de descrição geográfica, urbana, social, econômica e literária, destacando a história da ascendência da cidade, que fora a primeira capital do Ceará, sobre os pontos circunvizinhos (p. 144), destacando ainda sua atuação como centro irradiador da colonização de todo o Estado:

"Foi ali, que se denominava então Arraial, onde esteve acampada a tropa dos paulistas ao mando do capitão João Amaro Maciel Parente, por ordem do Mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, que fora encarregado pelo governador geral do Brasil. D. Fr. Thomaz da Encarnação, de fazer a guerra de extermínio ao gentio Payacú, que infestava esta e a capitania do Rio Grande. / Daí partiu a colonização de todo o Estado. / Desenvolvendo-se o arraial, já denominado Aracati desde o começo do século XVIII, com o grande aumento da indústria pastoril, que se estendia admiravelmente por toda a Ribeira do Jaguaribe, tentaram os criadores a venda das carnes secas, e foram nesse intento bem sucedidos, porque aventureiros de Pernambuco e da Bahia começaram a vir ao seu porto carregar os navios de carne do Ceará, que tendo boa saída no exterior, melhoraram as condições do comércio e cresceu o povoado." (p. 142)

"Em Junho de 1805, o abastado negociante Pedro José da Costa Barros, despacha a sua sumaca Cabra com carregamento de algodão para Lisboa, e foi este o primeiro navio que abriu caminho ao comércio direto com a metrópole. / Foi este um grande passo para o progresso não só da vila, mas de toda capitania./ Aumentavam dia a dia as transações comerciais com as demais praças do país, ao passo que a vila provia de fazendas e objetos de luxo o resto da capitania pelo lado do sul. / A edificação se estendia por todos os lados, e a câmara não descansava de lembrar medidas para o seu desenvolvimento." (p. 148)

A história da cidade era repleta de significados, já que apresentava um modelo de prosperidade que se irradiava tanto na própria sociedade aracatense (as casas abastadas mantinham um "luxo desconhecido na província"; os escravos eram "limpos e bem trajados") como no interior. O contexto, porém, era outro: Aracaty perdera o posto de principal núcleo articulador do Estado para Fortaleza, primeiro com a supressão em 1851 da sua Alfândega, depois, e principalmente, com a construção de outras vias de articulação:

"até que com a construção da Estrada de ferro de Baturité, em 1872, e principalmente com a estrada de rodagem do Crato a Mossoró, para onde iam os gêneros de quase toda a Ribeira do Jaguaribe, e vinham mercadorias sem pagamentos de direitos às repartições do Aracaty, foi pouco a pouco diminuindo a sua importância e paralisando o seu comércio." (p. 150) Sobre o assunto, vide, por exemplo, Amaral, Eduardo Lúcio, Intelectuais e Política no Instituto do Ceará, Dissertação (Mestrado em Historia), PUC-SP, 2002.

72 E' possível ler uma parte dos folhetos dessa época a partir dessa perspectiva. Vide João Melchiades Ferreira da Silva, Descripção do Estado da Parahyba do Norte em versos, Paraiba, Popular Editora, s.d.; João Martins de Athayde, As quatro classes corajosas, Recife, 1930. (Acervo IEB-USP). Ver também, dentre outros, Terra, R., Memoria de lutas: literatura de folhetos do Nordeste, São Paulo, Global, 1983 e Pasta Jr., A., "Cordel, intelectuais e o Divino Espírito Santo (notas sobre artes do povo e estética da representação) », in Bosi, Alfredo (Org.), Cultura Brasileira – temas e situações, São Paulo, Ática, 2006, p. 58-74.

RÉSUMÉS

Português

O artigo procura apresentar um novo quadro interpretativo para o estudo da produção intelectual brasileira de 1889 até os anos 1930, propondo um esboço do modo de articulação entre instituições, política e produção do conhecimento no Brasil a partir da proclamação da República, e, particularmente, das transformações deflagradas pela fórmula federativa da Constituição de 1891. Argumenta-se que tais transformações definiram uma nova configuração para as disputas inter-regionais e suas relações com o poder central – configuração que repercutiu profundamente nos mais diversos ramos da produção do saber e da arte. Compreender tal produção à luz dessas transformações implica trilhar uma vertente pouco explorada pela bibliografia, qual seja a da recuperação das mediações entre espaço público, política, vida intelectual e epistemologia, o que, por sua vez, ajuda a lançar luz sobre aspectos importantes relativos à vida intelectual, institucional e política a partir dos anos 1930, marcada, por exemplo, pelo surgimento das universidades.

Français

Cet article propose un nouveau cadre interprétatif pour l'étude de la production intellectuelle brésilienne de 1889 aux années 1930, en examinant l'articulation entre institutions, politique et production de savoir à partir de la proclamation de la République, et plus particulièrement des transformations introduites par la formule fédérative de la Constitution de 1891. Il soutient que ces changements ont redéfini les rapports interrégionaux et leurs relations avec le pouvoir central, influençant profondément les différents domaines de la production du savoir et de l'art. Comprendre cette production à la lumière de ces transformations implique d'explorer une perspective encore peu étudiée : celle des médiations entre espace public, politique, vie intellectuelle et épistémologie. Cette approche permet également de mieux éclairer des aspects importants de la vie intellectuelle, institutionnelle et

politique à partir des années 1930, période marquée, notamment, par l'émergence des universités.

English
This article proposes a new interpretive framework for the study of Brazilian intellectual production from 1889 to the 1930s, focusing on the interplay between institutions, politics, and knowledge production following the proclamation of the Republic, and in particular the transformations introduced by the federalist formula of the 1891 Constitution. It argues that these changes redefined interregional relations and their interactions with central power, profoundly shaping various fields of knowledge and artistic production. Understanding this production in light of these transformations requires exploring a perspective that has received limited attention: the mediations between public space, politics, intellectual life, and epistemology. This approach also sheds light on significant aspects of intellectual, institutional, and political life from the 1930s onward, a period marked notably by the emergence of universities.

INDEX

Mots-clés
histoire du Brésil (République), vie intellectuelle et politique, théorie de la connaissance, histoire de la culture et des institutions, médiations entre savoir et pouvoir

Keywords
history of Brazil (Republic), intellectual and political life, theory of knowledge, history of culture and institutions, mediations between knowledge and power

Index thématique
Varia

Palavras chaves
história do Brasil República, vida intelectual e política, teoria do conhecimento, história da cultura e das instituições, mediações entre saber e poder

AUTEURS

Paulo Teixeira Iumatti
Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São PauloProfessor Livre-Docente ptiumatt@usp.br

Julio César De Oliveira Vellozo
Universidade Mackenzie – São PauloProfessorjuliovellozo@gmail.com